

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS**

**HUMANAS**

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

**PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**



**CURSO ESPECIAL DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**“PEDAGOGIA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS”**



**São Carlos, 2024**

## **EQUIPE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Reitora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Daniel Rodrigo Leiva

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Pedro Sérgio Fadini

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Pró-Reitora de Extensão: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ducinei Garcia

Pró-Reitora de Administração: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edna Hércules Augusto

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jeanne Liliâne Marlene Michel

Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis: Prof. Dr. Djalma Ribeiro Júnior

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO**

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Katia Regina Moreno Caiado

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina dos Santos

Assessoria Técnico Pedagógica:

Divisão de Desenvolvimento Pedagógico

(DiDPed) Pró-reitora de Graduação (PROGRAD)

## SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	5
2- LEGISLAÇÃO EM PAUTA.....	5
3. ENTIDADE SOLICITANTE.....	6
4. ENTIDADES PARCEIRAS.....	6
5. COORDENADORES DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO.....	6
6. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES A SEREM ASSUMIDAS POR CADA UM DOS PARCEIROS.....	7
7. O HISTÓRICO DA PROPOSTA.....	8
8. CONHECENDO O PRONERA.....	10
9. JUSTIFICATIVA.....	13
9.1 Público-alvo.....	15
9.2. Situação educacional dos assentados no estado de São Paulo.....	16
10. OBJETIVOS GERAIS.....	17
10.1 – Objetivos específicos.....	18
11. PROPOSTA PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA.....	18
11.1. Pedagogia da alternância.....	21
12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO – PRÁTICA DE ENSINO, TRABALHOS DE CAMPO E MONOGRAFIA.....	24
12.1 Estágio supervisionado.....	24
12.2 Estágios realizados no tempo comunidade e no tempo universidade.....	24
12.3. Oficina de capacitação pedagógica - OCAP.....	25
12.4. Trabalho do tempo de comunidade.....	25
12.5 Monografia – TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.....	26
12.6. Atividades complementares.....	26
12.7. Regulamentação das Atividades Complementares.....	27
12.8. Regulamento da Inserção Curricular das atividades de Extensão.....	28

13. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACES).....	29
13.1. Regulamentação das atividades curriculares.....	29
13.2. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	32
13.3. Procedimentos Gerais para o desenvolvimento do TCC.....	32
13.3.1 Para a defesa da monografia serão admitidas duas possibilidades:.....	33
14. PROCESSO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE INGRESSANTES.....	34
14.1. Processo seletivo.....	34
14.2. Inscrição no vestibular.....	34
14.3. Das provas.....	34
14.4. Matrícula no Curso Especial de Pedagogia.....	34
14.5. Certificação.....	34
14.6. Número de vagas.....	34
14.7. Organização do Curso.....	35
14.8. Duração do Curso.....	35
14.9. Formas de avaliação.....	35
14.10. Formas de avaliação dos educandos e acompanhamento pedagógico.....	36
14.11. Tempo universidade.....	37
14.12. Tempo comunidade.....	37
15. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA A SEREM OFERECIDAS PELA UFSCAR.....	38
15.1. Local de Funcionamento do Curso.....	38
15.2. Cronograma de execução do Curso.....	38
16. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES.....	41
16.1. Corpo docente.....	41
16.2. Apoio técnico e pedagógico do projeto.....	41
16.3. Movimentos sociais - funções.....	42
17. REFERÊNCIAS.....	43
EMENTÁRIO.....	44
18. PLANO DE TRABALHO.....	51

## 1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

- Campus: SÃO CARLOS
- Centro de Educação e Ciências Humanas
- Curso de Licenciatura em Pedagogia: pedagogia da Terra, das Águas e das Florestas
- Número de vagas: 60
- Turno de funcionamento: Alternância dos estudos entre tempo-universidade e tempo-comunidade
- Carga horária total: 3.490h
- Tempo de duração do Curso: 4 anos/8 etapas
- Modalidade: presencial

## 2- LEGISLAÇÃO<sup>1</sup> EM PAUTA:

- Resolução CNE/CEB n° 1, de 03 de abril de 2002 - Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo;
- Resolução CNE/CP n° 1, de 15 de maio de 2006 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- Decreto n° 7.352, de 04 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);
- Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP N° 04, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).
- Resolução CNE/CP n° 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior;
- Resolução Conjunta COG n° 2/2023 - Dispõe sobre a regulamentação da inserção curricular das atividades de Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da UFSCar;
- Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar.

---

<sup>1</sup> Legislação que fundamenta as diretrizes deste Projeto Pedagógico.

### 3. ENTIDADE SOLICITANTE

- Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
- Endereço: Rodovia Washington Luiz (SP 310) Km 235, São Carlos - SP
- CEP: 13565-905
- Telefone: (16) 3351-8111

### 4. ENTIDADES PARCEIRAS

- OMAQUESP - Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo.
- Área Comunitária do Assentamento Rural Araras III,
- Bairro Horto Loreto - Caixa Postal: 244, Araras-SP
- Telefone: (19) 96049619
- Correio eletrônico: omaquesp@bol.com.br
  
- AESCA/SP - Associação Estadual de Cooperação Agrícola
- Alameda Olga, 399.
- Barra Funda – São Paulo/SP – 01155-040
- Telefax: (11) 3663-1068. 3663-1064
- Correio eletrônico: aesca@gmail.com
  
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- Rua: Dr. Brasil Machado, 203
- Santa Cecília - São Paulo-SP – 01230-906
- Fone: (11) 3823-8572
- Correio eletrônico: maria.copelli@spo.Incra.gov.br

### 5. COORDENADORES DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

- Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto:
- Departamento de Educação - DEd/UFSCar – São Carlos
- CV: <http://lattes.cnpq.br/4809080593333472>
- e-mail: [lbezerra@ufscar.br](mailto:lbezerra@ufscar.br)
- Fone: 16 33518934

- Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina dos Santos
- Departamento de Educação - DEd/UFSCar – São Carlos
- CV: <http://lattes.cnpq.br/1095065753077001>
- e-mail: cbezerra@ufscar.br
- Fone: 16 33519643

## **6. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES A SEREM ASSUMIDAS POR CADA UM DOS PARCEIROS**

- a) UFSCar:
  - - Executar o projeto educacional, ouvidos os parceiros;
  - - Selecionar os candidatos, utilizando os meios e instrumentos estabelecidos pela instituição;
  - - Acompanhar o desempenho dos educandos, propondo alternativas quando necessário;
  - - Aplicar os recursos de acordo com o previsto no plano de trabalho e no projeto, contemplando a gestão dos recursos e a prestação de contas;
  - - Estabelecer parcerias necessárias à execução do Projeto;
  - - Certificar os educandos que concluírem o curso;
  - - Acompanhar e avaliar o andamento do projeto juntamente com os parceiros;
  - - Compor a coordenação do curso juntamente com os representantes dos movimentos sociais e do Incra;
  - - Selecionar os bolsistas, e monitores capacitados na metodologia atinente às diretrizes do PRONERA e que sejam necessários ao apoio pedagógico e técnico do curso;
  - - Oferecer a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do curso;
  - - Responsabilizar-se pela indicação do corpo docente necessário ao curso.
- b) Movimentos sociais envolvidos:
  - - Indicar as demandas educacionais das áreas de Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, em conjunto com os demais parceiros;
  - - Acompanhar e participar do processo de avaliação pedagógica do curso;
  - - Compor a coordenação colegiada do curso;
  - - Contribuir com o processo de organização dos alunos nos alojamentos;
  - - Auxiliar os alunos na realização dos trabalhos educativos no tempo comunidade.
- c) Superintendência do Incra/SP:
  - - Divulgar, articular, implementar e acompanhar o projeto no âmbito da Superintendência;
  - - Articular em conjunto com os demais parceiros a infraestrutura necessária ao bom funcionamento do curso;

- - Acompanhar e participar da avaliação do andamento do projeto juntamente com os parceiros;
- - Acompanhar a aplicação dos recursos de acordo com o plano de trabalho e do projeto;
- - Emitir declaração que comprove que os candidatos ao curso estão aptos a participar do mesmo, de acordo com o manual do Pronera;
- - Compor a coordenação colegiada do curso;
- - Seguir o cronograma de desembolso, conforme acordado no termo de convênio.

## **7. O HISTÓRICO DA PROPOSTA**

Em março de 2006, uma comissão formada por representantes do Incra/SP e do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra procurou a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UFSCar para reivindicar e propor a realização de cursos de graduação presenciais aos assentados beneficiários de projetos de reforma agrária no estado de São Paulo através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. A partir desta reivindicação, o pró-reitor de graduação professor Roberto Tomasi nomeou as professoras Rosemeire Aparecida Scopinho (DPsi/UFSCar), Elenice Maria Camarosano Onofre (DEMe/UFSCar) e a aluna Daniela Ribeiro de Oliveira (bolsista Fapesp/DPsi/UFSCar) para, juntamente com as representantes do Incra/SP Valéria Albuquerque e Maria Cristina Copelli, comporem uma comissão encarregada de realizar um seminário para trocar experiências e discutir a possibilidade de elaborar propostas no campo da formação de assentados no estado de São Paulo.

Em 30 de maio, o Seminário Universidade e Reforma Agrária: construindo uma proposta de formação para os assentados reuniu diferentes docentes e alunos da UFSCar, representantes do INCRA/SP, do PRONERA e diversas organizações sociais para:

1. apresentar e discutir o PRONERA, em termos de seus objetivos, dinâmica de funcionamento e experiências já implantadas;
2. apresentar projetos de pesquisa e ação comunitária, bem como outras atividades individuais ou em grupos pertinentes à temática desenvolvidas na UFSCar;
3. levantar as potencialidades de construção e encaminhamento de propostas pedagógicas que envolvam os assentados, os docentes e os alunos da UFSCar.

O Seminário contou com a participação de diversos grupos de pesquisas, coordenados por docentes da UFSCar que apresentaram suas experiências de pesquisas e ação comunitária, constituindo-se em importante espaço de discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento de propostas pedagógicas de formação para a população que vive no campo, através do PRONERA, entre elas a oferta de cursos de extensão e de graduação.

Foi criado um Grupo de Trabalho interinstitucional, constituído por docentes e estudantes da UFSCar, representantes do Incra e dos movimentos sociais, (MST, FAF, FERAESP, OMAQUESP) que se reuniram em 21 de junho e 05 de julho para encaminhar e dar andamento às propostas. Decidiu-se que os projetos de pesquisa e de extensão, incluindo a oferta de cursos de curta duração, seriam oferecidos através do contato direto entre os interessados e o Incra e que o GT se encarregaria de desenvolver as propostas de cursos formais de graduação a serem realizadas no âmbito do PRONERA.

Considerando as demandas apresentadas pelos representantes do Incra, os anseios manifestados pelos representantes dos assentados, as propostas e os interesses manifestados pelos docentes da UFSCar envolvidos, as discussões no GT convergiram para a criação de dois cursos de graduação.

Um deles na área de Educação, particularmente Pedagogia, com o objetivo de formar professores para atuarem em propostas de ensino de diferentes níveis, adequadas à realidade rural brasileira; o outro curso na área de Agronomia, voltado para a formação de profissionais em nível superior para atuarem nos assentamentos de reforma agrária e outros tipos de comunidades rurais, tendo em vista a sustentabilidade e considerando os aspectos técnicos e políticos relacionados à implantação, operação e gestão de sistemas produtivos (agropecuários, agroindustriais e outros) e de comercialização, a criação de infraestruturas (moradia, saneamento, transporte), serviços públicos (saúde, educação) e equipamentos sociais (esporte, cultura e lazer entre outros).

Em 29 de agosto de 2006, o ofício circular no. 395/06/PROGRAD, mais uma vez convidou a comunidade universitária para participar do processo de discussão e elaboração desses cursos e em reunião realizada em 5 de setembro constituíram-se dois subgrupos de trabalho para redigir as propostas. A proposta de Curso Especial de Graduação em Pedagogia apresentada, surgiu como resultado do trabalho realizado pelo subgrupo coordenado pela professora Rosemeire Aparecida Scopinho (DPsi/UFSCar) e pelo professor Luiz Bezerra Neto (DEd/UFSCar), conforme consta no item 4 deste projeto pedagógico.

Assim, depois de amplo debate entre alguns professores e as pessoas indicadas pelos movimentos sociais para a elaboração do projeto, o curso foi implementado. Inicialmente, tivemos sessenta e uma (61) inscrições para sessenta (60) vagas.

Após as oito (8) etapas, tivemos a aprovação de quarenta e um (41) estudantes que finalizaram o curso. Para a realização da cerimônia de colação de grau, compareceram quarenta (40) educandos, dado que um estudante sofreu um acidente de motocicleta, vindo a falecer antes de receber seu certificado de colação de grau.

Ao finalizar o curso em outubro de 2011, percebeu-se que ainda existia uma grande demanda de profissionais nesta área para o campo, sobretudo devido ao fato de que no Estado de São Paulo ainda existia grande número de analfabetos. Em vista disso, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST e a Organização das mulheres assentadas e quilombolas do estado de São Paulo - OMAQUESP solicitaram a implantação de uma segunda turma de pedagogia da terra, a ser iniciada em 2013.

Mesmo com o curso tendo atingido a nota (5) cinco, na avaliação do MEC, para atender às alterações ocorridas no Manual de Operações do PRONERA, partir do decreto 7.352/2010, que trouxeram alterações na legislação administrativa que atingem diretamente a gestão do programa, o curso precisou passar por algumas reformulações, assim, buscamos aperfeiçoar sua organização para a quela etapa.

Para a segunda turma tivemos vários problemas na divulgação e, por isso tivemos apenas trinta e quatro (34) inscrições. Os mesmos problemas prosseguiram durante o curso, o que levou a várias desistências, tendo concluído o mesmo com apenas quinze (15) formandos.

Da primeira turma, pelo menos cinco (5) formandos fizeram mestrado e três (3) concluíram o doutorado, além de termos notícias que vários já fizeram especialização em cursos de pós-graduação lato sensu. Vários egressos estão atuando como professores e coordenadores pedagógicos em escolas de assentamentos e escolas que recebem alunos do campo, nas periferias das cidades.

Da segunda turma, dois estudantes concluíram o mestrado e estão no doutorado. Seis (6) alunos voltaram para o curso de especialização em educação no campo, bem como três (3) da primeira turma.

Para a solicitação desta terceira turma, foi realizado uma pesquisa informal e tivemos o retorno positivo de pouco mais de cem (100) interessados.

## **8. CONHECENDO O PRONERA**

O PRONERA foi criado em 1998, por meio da portaria nº 10/98 do então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, sendo vinculado diretamente ao Gabinete do Ministro. O programa surgiu a partir das reivindicações dos movimentos sociais do campo e concretiza-se por meio da parceria estabelecida entre eles, o governo federal e as instituições de ensino superior, com o objetivo de desencadear um amplo processo de promoção da educação nos Assentamentos da Reforma Agrária, através da elaboração e implementação de projetos em todos os níveis de ensino.

Em 2001 o programa foi incorporado ao Incra, que se tornou o responsável direto pela sua operacionalização. Desde então, o programa apresenta uma grande diversidade de ações em quase todos os estados da federação, responsabilizando-se pela Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental, ensino médio e pós-médio, formação continuada de educadores e ensino superior em diversas áreas do conhecimento, bem como formação técnica profissional para saúde, a comunicação, a produção agropecuária e a gestão de assentamentos rurais, adotando metodologias e materiais didáticos adequados ao contexto sociocultural do campo.

O PRONERA possui algumas especificidades que foram construídas ao longo desses anos e consolidadas na prática educativa e através do diálogo estabelecido entre os movimentos sociais e o Estado. Uma das inovações introduzidas foi o modelo de gestão tripartite, que conta com a participação de membros do governo federal, de universidades brasileiras e dos assentados. As universidades cumprem função estratégica no Programa, pois acumulam papéis de mediação entre os movimentos sociais e o Incra, de gestão administrativo-financeira e coordenação pedagógica dos projetos.

Os movimentos sociais respondem pela mobilização das comunidades, enquanto as Superintendências Regionais do Incra (SRs) fazem o acompanhamento, apoio logístico e articulação interinstitucional. A seleção, o acompanhamento e a avaliação dos projetos é feito pelas Superintendências Regionais do INCRA, que zela para que eles se orientem pelos princípios do programa, tais como: interatividade (parceria entre órgãos governamentais, instituições de ensino superior, movimentos sociais e sindicais e comunidades assentadas); multiplicação (ampliação não só do número dos alfabetizandos, mas do pessoal de apoio pedagógico que darão continuidade aos processos educativos) e participação (assegurando que os beneficiários participem da elaboração, execução e avaliação dos projetos).

Os projetos aprovados pela Comissão Pedagógica Nacional são implementados mediante a formalização de termos de cooperação entre o Incra e as instituições de ensino superior proponentes, que devem comprovar a adesão dos movimentos sociais organizados. Outra inovação do programa diz respeito ao pessoal de apoio pedagógico de Alfabetização que, necessariamente, são os próprios assentados. Simultaneamente à atividade de docência, o pessoal do apoio pedagógico participa de processos de formação pedagógica e elevam a sua escolaridade. Entre 1998 e 2002, o PRONERA promoveu alfabetização de quase 110 mil jovens e adultos e elevou a escolaridade de mais de cinco mil monitores alfabetizadores, distribuídos em 2.281 assentamentos. A estratégia de formação de professores residentes nos próprios assentamentos tem o objetivo de elevar o nível cultural e de instrução da população assentada, investir em profissionais da educação, comprometidos com a comunidade e com isso, melhorar a qualidade do ensino nas escolas do

campo. As entidades devem comprovar a participação de movimentos sociais e/ou sindicais, bem como, qualquer organização representativa dos beneficiários da Reforma Agrária em âmbito local, estadual ou federal.

O programa guarda coerência com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, (aprovada pelo parecer 36/2001, em 14/12/01), na medida em que promovem uma diversidade de práticas a cada projeto e contexto regional do país, por meio de inovações pedagógicas presentes nos projetos de educação. No artigo 7.º da referida diretriz há menção às estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, podendo organizar o ano letivo independente do ano civil.

Dentro dessa estratégia destaca-se a metodologia de alternância, adotada nos cursos de formação de educadores, nos cursos técnicos e profissionalizantes e nos cursos superiores. A metodologia de alternância é uma sistemática que organiza a aprendizagem dos educandos em dois tempos distintos: o tempo-escola, quando ocorrem as aulas presenciais, e o tempo-comunidade, com atividades práticas e de pesquisa, desenvolvidas nas comunidades de origem dos educandos, sob orientação e supervisão, guardando coerência entre a proposta pedagógica e o perfil dos alunos.

Através desta metodologia, no período de 1999 a 2002, foram capacitados pelo PRONERA um total de 696 professores em cursos de Magistério de nível médio e 448 em cursos de nível superior, conhecidos pelo nome de “Pedagogia da Terra”, em parceria com Instituições de Ensino Superior, o Incra e diferentes organizações populares e sindicais de trabalhadores rurais. A perspectiva em relação aos cursos de “Pedagogia da Terra” era de ampliá-lo para todas as regiões do país, além de dar continuidade aos até então existentes em estados como o Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

No biênio 2003 – 2004, o PRONERA firmou convênio com diferentes universidades e organização de assentados, visando ampliar as ações do programa. Foram firmados 27 convênios no Brasil para desenvolver projetos de alfabetização e de escolarização e 7 convênios para o ensino médio normal. Os projetos na área de profissionalização também deram saltos de qualidade, ampliando a formação técnica para as áreas de agropecuária, enfermagem, magistério e administração de cooperativas, por meio de 15 novos convênios.

No âmbito do ensino de graduação, o PRONERA tem firmado novas parcerias com universidade e institutos de pesquisa para formar novos profissionais nas áreas de Pedagogia da Terra, História, Geografia, Ciências Agrárias e Agronomia, num total de 13 novos convênios para atender assentados de áreas reformadas do país (PRONERA, 2004). Em 2005, foram criados 96

projetos de formação através do PRONERA, que atenderam 47.106 assentados em vários estados brasileiros.

Após o golpe parlamentar midiático de 2016 o PRONERA passou por momentos difíceis, sobretudo durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), vindo a recuperar parte das verbas perdidas para a formação dos trabalhadores rurais a partir de 2023.

Em 2007 o INCRA firmou convênio com a UFSCar para a realização de dois cursos, como já afirmado. A primeira turma do curso de pedagogia da terra iniciado em 2008 foi concluída em 2011, com a formação de 41 alunos, momento em que os movimentos sociais solicitaram que se firmasse convênio para uma segunda turma.

## **9. JUSTIFICATIVA**

A presente proposta trata do oferecimento de uma terceira turma para o Curso Especial de Graduação em Pedagogia, que busca formar os participantes para atuarem com autonomia junto a seus pares na concepção, elaboração e implementação de projetos de ensino-aprendizagem tanto no âmbito escolar quanto no âmbito comunitário mais amplo.

A realização de uma terceira turma do Curso de Graduação em Pedagogia específico para a população assentada beneficiária de projetos atendidos pelo PRONERA justifica-se, primordialmente, pelas crônicas demandas colocadas pela realidade social do campo brasileiro, onde a necessidade de formação profissional dos seus habitantes vem sendo historicamente ignorada. Apesar da importância que sempre teve para o crescimento econômico do país, o modelo de desenvolvimento econômico-social adotado no Brasil, tornou a atividade agropecuária uma espécie de alavanca do processo de industrialização, subordinando o rural ao urbano. Segregou e privou os sujeitos do acesso aos direitos sociais básicos, entre eles a educação, sobretudo no que diz respeito ao acesso à escola.

Assim, a educação da população que vive no campo tem se configurado como uma questão complexa e desafiadora, contando ainda, com milhões de analfabetos no Brasil, que ainda não sabe ler nem escrever.

O relatório da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PNERA, realizada em 2004 através de parceria estabelecida entre o PRONERA, o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e a FIPE - Fundação de Pesquisas Econômicas da USP para caracterizar a demanda educacional e diagnosticar a situação do ensino ofertado em escolas localizadas nos assentamentos ou em seus arredores, mostrou a realidade educacional dos

assentados brasileiros (Brasil, 2005). Este censo abrangeu 5.595 assentamentos de reforma agrária instalados pelo Incra a partir de 1985 em 1.651 municípios quando foram entrevistados presidentes de associações, dirigentes ou professores das escolas que atendiam a população assentada e as famílias assentadas.

O relatório mostrou que naquele momento, 96,5% dos assentados não eram atendidos por creches, 84,1% das crianças assentadas frequentavam o ensino fundamental de primeira à quarta série, porém, da quinta à oitava série esta porcentagem caía para 26,9% e apenas 1% tinha acesso ao curso superior. Esses números evidenciavam que não havia igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e que existia e ainda existe urgência na proposição de medidas que possam contribuir para reverter esta situação. Quanto às escolas, 70,5% delas possuíam turmas multisseriadas e 20,9% dessas turmas existiam devido à falta de professores. A maioria dos professores entrevistados não residia nos assentamentos (apenas 12.900 dentre os 38.035) e tinham pouca experiência de trabalho na zona rural (61,2% dos professores possuíam menos de cinco anos de trabalho na zona rural). Apenas 65,9% das escolas pesquisadas ofertaram capacitação, atividade para formação de professores.

Além disso, a pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda, nos assentamentos de reforma agrária de todo o país, realizada em 2010 pelo INCRA em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apontou, através dos dados obtidos nas entrevistas às famílias assentadas em um processo de amostragem, composto por 16.019 famílias, em 1.161 assentamentos nos 26 estados do país, nos mostra que o Estado de São Paulo possuía:

Famílias Assentadas - Absoluto	N/ alfabet	1ª a 4ª	5ª a 9ª	NM INC	NM COM	NS INC	NS COM
15.746	12,68	35,43	27,85	10,48	10,66	1,47	1,42

Arroyo & Fernandes (1999) também demonstraram que os projetos educativos destinados aos que moram no campo não preparam adequadamente os trabalhadores para enfrentarem as transformações do espaço rural, permanecendo a baixa qualidade e a inadequação da proposta pedagógica e o elevado grau de paternalismo e assistencialismo existente na gestão das escolas, que não atendem às necessidades da população em termos de oferta de vagas e qualidade de ensino. A literatura tem mostrado que a falta de instrução e de estudo dos trabalhadores do campo intensifica a marginalização e a pauperização, tornando-os cada vez mais alheios ao mundo urbano e “moderno”, o que só faz aumentar o fosso que distancia os pobres dos ricos, o campo da cidade.

Nesse sentido, o curso tem como base, a pesquisa que permeará todo curso, partindo sempre da relação teoria e prática, desenvolvidas no tempo-comunidade e tempo-escola em todas as disciplinas do currículo, de modo a ampliar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, visando um maior conhecimento do meio em que o aluno se insere.

Os assentados, beneficiários de projetos de reforma agrária estão ganhando expressividade no cenário nacional como um grupo social ao somarem, aproximadamente, quinhentas mil pessoas. Legalmente reconhecida desde o início da década de 1970, época em que os projetos de colonização proliferaram como forma de ocupação segura do território e de expansão da fronteira agrícola, a figura do assentado rural foi crescendo em número e importância no cenário rural a partir de meados da década de 1980, quando se intensificou a luta social pela reforma agrária e aumentou significativamente o número de assentamentos rurais.

É importante destacar que a condição do assentado não é provisória e nem marginal. Este sujeito social tem existência e peculiaridades em relação aos demais grupos sociais que devem ser levadas em conta quando se trata de considerar seus direitos e deveres, especialmente em relação à educação. Por ser um direito que lhe é constitucionalmente garantido, assim como para todos os brasileiros, o trabalhador do campo deve ter acesso à educação pública, em todos os níveis e equivalente em qualidade à que é oferecida aos da cidade.

Quanto às peculiaridades que envolvem a condição de assentado, o fato de se tratar de pessoas que vivem em assentamentos rurais, locais onde residem, trabalham, constituem famílias e vínculos comunitários justificam a necessidade de receber formação adequada que possibilite a sua integração social dentro e fora do assentamento e o desenvolvimento integral do seu potencial intelectual.

## **9.1 Público-alvo**

Pessoas que vivem em assentamentos rurais, beneficiárias das Áreas de Reforma Agrárias criadas ou reconhecidas pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)<sup>2</sup>, em quaisquer partes do Brasil, dentre os quais, destacamos: assentados de reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras etc., são o público-alvo do Curso de Licenciatura em Pedagogia: pedagogia da Terra, das Águas e das Florestas.

---

<sup>2</sup> Disponível em [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/manual\\_pronera\\_18.01.16.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/manual_pronera_18.01.16.pdf) Acesso em 22 de maio de 2024.

## **9.2. Situação educacional dos assentados no estado de São Paulo**

No estado de São Paulo, de acordo com a PNERA (Brasil, 2005), somavam 2.723 os assentados que se encontravam entre zero a 3 anos de idade e 100% estavam fora da escola. Dos 2.495 que se encontravam entre 4 e 6 anos, apenas 48,5% estavam inseridos na escola. 48,5% frequentavam escolas fora do assentamento (no entorno ou na cidade) sendo que 77,8% moravam à mais de 10 km de distância da escola e levavam entre 1 e duas horas para chegar.

Dos que se encontravam na faixa etária entre 7 e 10 anos, 100% frequentavam a escola, mas, 49,5% frequentavam escolas fora do assentamento, situadas há mais de 10 km de distância sendo necessário entre trinta minutos e uma hora para chegar. A pesquisa mostrou que, quanto mais a idade avançava mais os assentados estavam fora da escola. Dos que possuíam entre 11 e 14 anos, 97,2% frequentavam a escola, mas nem todos (86,5%) frequentavam o curso na idade adequada à série, e 70,2% frequentavam escolas localizadas fora do assentamento (no entorno ou na cidade) há mais de 10 km de distância de suas moradias tendo que despende até uma hora para chegar.

A realidade dos que se encontravam entre 15 e 18 anos não era muito diferente: apenas 87,5% frequentavam escola e desses apenas 33,3% frequentavam curso na idade adequada à série, 82,1% frequentavam escolas fora do assentamento (na cidade ou entorno), a maioria tendo que percorrer mais de 10 km de distância e despendendo até uma hora para chegar. Destacou-se que a situação dos maiores de 18 anos era ainda mais preocupante: apenas 9,1% frequentavam a escola e desses apenas 4,9% frequentavam o curso na idade adequada à série. Dos 90,9% que estavam fora da escola, 11% não sabiam ler e nem escrever. Dos que frequentavam escola, aproximadamente, a metade frequentava escola fora do assentamento e a maioria precisava percorrer mais de 10 Km, levando até uma hora para chegar.

Esses dados revelaram que a situação educacional dos assentados paulistas estava longe do que prevê a constituição brasileira em termos de acesso, sem considerar a qualidade da formação que tem sido oferecida, o que pode ser um outro problema. Neste sentido, a terceira turma do curso ora proposto pretende contribuir para suprir esta lacuna criando oportunidades para que esta população tenha acesso ao conhecimento científico e à universidade, local privilegiado para a sua construção e socialização.

Parte-se do princípio de que a formação do pedagogo para atuar nos assentamentos rurais de reforma agrária exige um conhecimento multidisciplinar em suas dimensões técnica, econômica, social, política e ambiental, o que poderá servir de base para uma atuação voltada para a transformação da realidade social e educacional do país.

É importante destacar que, atualmente, os avanços tecnológicos não conhecem fronteiras e que o acesso ao conhecimento torna-se cada vez mais necessário e importante. Por isto, não se pode admitir a exclusão dos sujeitos inseridos nos programas de reforma agrária, cujo acesso à informação e ao conhecimento científico tem sido extremamente precário, sob pena de se reproduzir o ciclo que fez esses trabalhadores deixarem o campo por serem excluídos de um projeto econômico e social, que traz uma suposta “modernização”, para depois a ele retornar na condição de beneficiários de projetos de reforma agrária.

A universidade, ao exercer o seu papel de unidade de ensino, pesquisa e ação comunitária deve estar preocupada não somente com a ampla socialização dos conhecimentos construídos no seu interior como também com a participação da sociedade nesta construção. É com base nesta argumentação que está sendo proposta a realização desta terceira turma do Curso de Graduação em Pedagogia na UFSCar mediante termo de cooperação com o INCRA.

Com isto é esperado que se formem novos educadores preparados para atuar em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária cuja prática social se diferencie dos tradicionais perfis de educadores de escolas do campo por contemplar três dimensões fundamentais: a competência técnico-científica, a postura política de educador preocupado com a transformação social e, sobretudo, a capacidade de dialogar com as comunidades para apreender e incorporar a sabedoria popular nos processos de tomada de decisões e no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

## **10. OBJETIVOS GERAIS**

- - formar pedagogos que dominem os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento e aptos a atuar de forma interdisciplinar nas escolas do campo;
- - formar profissionais capacitados a atuar na gestão escolar e coordenação pedagógica;
- - formar pesquisadores capazes de desenvolver uma análise crítica da realidade, para que possam intervir sobre a mesma;
- - formar professores com sólida formação teórico-prática na licenciatura em pedagogia: pedagogia da terra, das águas e das florestas;

Com isto é esperado que se formem novos educadores preparados para atuar em áreas de assentamentos rurais de reforma agrária cuja prática social se diferencie dos tradicionais perfis de educadores de escolas do campo por contemplar três dimensões fundamentais: a competência técnico-científica, a postura política de educador preocupado com a transformação social e, sobretudo, a capacidade de dialogar com as comunidades para apreender e incorporar a sabedoria popular nos processos de tomada de decisões e no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

## **10.1 – Objetivos específicos**

Em consonância com os objetivos gerais pretende-se formar professores/pesquisadores que:

- a) analisem criticamente sua prática educativa, posicionem-se com autonomia e proponham ações no seu campo de atuação;
- b) capacitem-se para a proposição de planos de ações viáveis, frente às demandas locais e sejam sensíveis às diferenças culturais, solidários e criativos para conceber projetos educacionais inovadores;
- c) atuem como sujeitos históricos, comprometendo-se com a classe trabalhadora, apontando caminhos para a construção de uma prática emancipadora, baseada numa educação libertadora, visando à formação humana e a transformação da sociedade;
- d) articulem saberes que envolvam o saber fazer e saber aprender, inseridos na educação escolar e não-escolar, voltados para os princípios da Educação do Campo.

## **11. PROPOSTA PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA**

O Curso de Graduação em Pedagogia fundamenta-se no pressuposto de que a história e a cultura dos trabalhadores rurais beneficiários de projetos de reforma agrária são os pontos de partida para qualquer proposta educativa e de pesquisa a ser desenvolvida nos assentamentos onde a prática educativa desses sujeitos se desenvolverá (Arroyo, 1999). A educação, como um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento econômico-social sustentável para o campo, deve contribuir para repensar as relações entre campo-cidade e para concretizar uma reforma agrária de caráter social e popular (Fernandes, 1999). Para tanto, a educação deve ser entendida como uma prática coletiva e um processo de desenvolvimento integral dos sujeitos, que cria as condições para a reflexão e teorização sobre o cotidiano de trabalho, de relacionamento social, de vida familiar e comunitária e que contribui para transformar os sujeitos e a sociedade onde eles se inserem.

Esta concepção de educação concretiza-se através de uma pedagogia que educa através da ação sobre o próprio movimento da luta pela terra, com todas as suas contradições e enfrentamentos, do exercício da cooperação no trabalho produtivo e na vida cotidiana, da construção de novas relações sociais fundamentadas em valores coletivistas, solidários e no respeito aos símbolos e à memória coletiva. Na prática, tal pedagogia procura estreitar os vínculos entre educação e trabalho, através do desenvolvimento de apoio pedagógico de experiências de cooperação na organização de diferentes tipos de atividades que se desenvolve no âmbito da escola

e da comunidade mais ampla e da oferta de possibilidades para os sujeitos exercitarem a escolha e assumir as responsabilidades pelas próprias decisões.

Esta concepção de processo pedagógico enfatiza a formação integral do sujeito, procurando equacionar adequadamente:

- a) a ampliação da sua capacidade para construir novos conhecimentos;
- b) o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades necessárias para atuar no planejamento e gestão de projetos pedagógicos, de modo crítico e com ênfase na formação de um sujeito capaz não só de interpretar como também participar, de fato, da realidade;
- c) o repensar continuado e crítico de ações adequadas ao exercício da prática pedagógica, não apenas no âmbito da instituição escolar como também nos assentamentos de reforma agrária, entendidos como espaços de múltiplas relações sociais, e nos movimentos sociais em geral.

Assim, o projeto pedagógico do curso estrutura-se a partir de eixos temáticos, tais como: Fundamentos da Educação, Educação e Trabalho, Educação Básica e Infantil, Educação de Jovens e Adultos e pesquisa, que problematizarão a relação que, historicamente, se estabelece entre o rural e o urbano na sociedade brasileira. A educação como prática social que também se desenvolve para além dos muros da escola, a dialética relação entre teoria-prática como essencial na construção do conhecimento.

Baseado numa concepção modular e integrada na organização das disciplinas, o projeto enfatiza:

- a) a formação básica e pluralista abrangendo, as diferentes disciplinas relacionadas com a problemática da educação nos assentamentos rurais de reforma agrária;
- b) a construção de um diálogo permanente com as demais áreas do conhecimento e a incorporação da multidisciplinaridade como condição fundamental para a manutenção da unidade entre as diferentes áreas de estudo;
- c) o reconhecimento da finalidade social do conhecimento e a pesquisa aplicada como instrumento privilegiado de conhecimento e transformação da realidade;
- d) o desenvolvimento de atividades teórico-práticas (tempo comunidade/tempo universidade) em todas as disciplinas do currículo;
- e) a integração com a comunidade acadêmico-científica em geral e a comunidade mais ampla, especialmente as instituições e os serviços relacionados à organização e gestão da escola pública e dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Partindo da realidade dos sujeitos, o curso procurará promover o conhecimento científico, desenvolvendo um conjunto de atividades que incluem aulas expositivas, oficinas, seminários, visitas técnicas, estágios, trabalhos de campo, entre outras. O perfil do egresso deverá contemplar

três dimensões fundamentais: a competência técnica, a postura de educador e a capacidade de aprender.

- Habilidades relacionadas à competência técnica:
  - a) saber identificar e analisar, crítica e sistematicamente, os problemas e potencialidades da sua comunidade relacionando-os com a realidade mais ampla;
  - b) conceber e utilizar metodologias adequadas para fazer diagnósticos e elaborar propostas pedagógicas considerando diferentes dimensões entre essas, as econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais da realidade;
  - c) saber gerir organizações escolares, considerando a participação dos educandos, de suas famílias e da comunidade mais ampla;
  - d) avaliar as implicações das soluções propostas.
  
- Habilidades relacionadas à postura de educador:
  - a) interagir com a realidade dos grupos sociais;
  - b) contribuir para a emergência e elaboração de projetos dos diferentes grupos sociais, em que a educação esteja a serviço da comunidade,
  - c) posicionar-se como educador junto às comunidades e suas entidades representativas, reconhecendo-os como sujeitos, contribuindo, assim, no processo organizativo da sociedade local e regional,
  - d) desenvolver habilidades para trabalho em equipe e capacidade relacional com profissionais de outras áreas,
  - e) gerir processos organizacionais que contribuam para valorizar a solidariedade e a cooperação entre os diferentes sujeitos sociais.
  
- Habilidades relacionadas à capacidade para aprender:
  - a) buscar constantemente o saber e o aperfeiçoamento da formação científica, humana e ética sem desconsiderar ou desvalorizar o conhecimento popular;
  - b) posicionar-se criticamente frente ao conhecimento e à tecnologia;
  - c) reelaborar conceitos e métodos, considerando o avanço do conhecimento e as necessidades da realidade.

O desenvolvimento dessas habilidades deverá capacitar os participantes para a atuação como professor no ensino escolar e não escolar, além de:

- a) planejar e executar propostas educativas escolares e não-escolares;
- b) conduzir o planejamento e a gestão de unidades de ensino escolares e não-escolares;
- c) acompanhar e atuar na gestão de políticas públicas, especialmente na área de educação;
- d) analisar e considerar a realidade ao atuar nas comunidades como educador comprometido com a transformação;

- e) contribuir na criação e participar de movimentos e redes de apoio ao desenvolvimento comunitário;
- f) intercambiar com outras realidades acadêmicas e práticas;
- g) desenvolver pesquisa aplicada sobre a realidade do campo.

### **11.1. Pedagogia da alternância**

Do ponto de vista da metodologia, a proposta pedagógica está baseada no regime de alternância, que vem se mostrando uma alternativa viável para o ensino técnico e superior, além de estabelecer relação expressiva entre a família, o assentamento e a instituição de ensino. A metodologia de alternância, como o próprio nome esclarece, estrutura-se em períodos de tempo em que os estudantes passam no centro de formação (ou universidade) alternados com outros períodos de tempo em que eles permanecem na comunidade (ou assentamento) de origem.

No tempo-universidade o estudante elabora um plano de estudo e tem oportunidade de socializar a compreensão que tem da sua realidade sob todos os aspectos, o que é feito com base na sua experiência e no estudo da literatura. No tempo-comunidade ele executa o plano de trabalho discutindo a sua realidade com a família, com outros assentados provocando reflexões, planejando coletivamente as soluções e realizando experiências a partir de uma determinada concepção de desenvolvimento local sustentável que seja adequada ao contexto, às necessidades e interesses da comunidade. As diferentes atividades são desenvolvidas com o auxílio de apoio pedagógico, de forma que o aluno possa levantar situações vivenciadas na realidade familiar, buscar novos conhecimentos para explicar, compreender e atuar, partindo do senso comum para construir o conhecimento científico.

Há diferentes abordagens sobre a alternância e a forma de implementação, porém, é pressuposto que ela exige uma estreita conexão entre os dois momentos de atividades em todos os níveis – individuais, relacionais, didáticos e institucionais. Não há primazia de um componente sobre o outro ou de um período sobre o outro. A relação entre eles é dinâmica e se efetua através de um movimento contínuo. Como salientou Felipe (s/d), deve-se superar a ideia de que o tempo-escola é o momento do ensino e o tempo-comunidade o momento da pesquisa, da aproximação com a realidade.

Tanto o tempo-universidade deve ser um tempo de aproximação entre conhecimento e realidade, através do questionamento da finalidade social e cultural da ciência, quanto o tempo-comunidade deve ser o da aproximação e de reconhecimento do contexto sociocultural, ao procurar

explorar e ampliar a compreensão dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais através do olhar das diferentes disciplinas.

Em suma, o tempo-comunidade, como tempo de pesquisa e extensão, representa também um outro tempo e espaço de realização de exercícios teórico-práticos (o prático, entendido como prática social) e cumpre duas tarefas importantes: estimular e desenvolver a autonomia intelectual e formar agentes de desenvolvimento local. Conforme Queiroz (2004):

Numa concepção de alternância formativa, não é suficiente a aproximação ou a ligação de dois lugares com suas lógicas diferentes e contraditórias, ou seja, a escola e o trabalho. É necessária uma sinergia, uma integração, uma interpenetração, rompendo com a dicotomia teoria e prática, abstrato e concreto, saberes formalizados e habilidades (saber – fazer), formação e produção, trabalho intelectual e trabalho físico (manual).

Desta forma, o projeto pedagógico contempla, basicamente, atividades presenciais sob a forma de disciplinas teóricas e não presenciais sob a forma de trabalho dirigido e supervisionado executado na comunidade de origem dos participantes. A matriz integrativa está estruturada em oito módulos temáticos, cujos conteúdos das disciplinas procuraram explorar e interpretar a realidade dos participantes.

Cada módulo presencial terá duração de, em média, 50 dias letivos. Cada dia letivo terá carga horária didática de, em média, oito horas/aula, na forma e disciplinas ministradas e realização de oficinas e atividades complementares a serem definidas conforme as características e necessidades da turma (por exemplo, de informática básica). Nos demais horários, os participantes terão a oportunidade de participar de palestras, grupos de estudo, reuniões de planejamento e avaliação, além de atividades culturais, de lazer e esportivas.

Entre cada módulo presencial haverá um intervalo de, aproximadamente, quatro meses para a realização das atividades não presenciais, que serão desenvolvidas na própria comunidade do participante, momento em que se realizarão as atividades práticas e a aplicação dos conhecimentos apreendidos no módulo anterior. Essas atividades serão monitoradas por supervisores na própria comunidade e orientadas pelo corpo docente do curso. Nas atividades presenciais serão utilizadas técnicas de trabalho em pequenos grupos, plenárias, exposições coletivas, leitura e discussão de textos e outras atividades práticas.

As atividades não presenciais serão desenvolvidas através da interlocução com as organizações sociais regionais e locais integrantes da equipe proponente (associações, cooperativas, empresas sociais) sob a supervisão de docentes do curso, cujas responsabilidades serão as de enviar materiais, auxiliar nas atividades propostas, redimensionar planejamentos individuais, o que poderá ser operacionalizado tanto através de correio (convencional e/ou eletrônico), reuniões de orientação

e oficinas de trabalho. Pelo menos uma vez em cada período de atividade não presencial, o supervisor convocará uma reunião com o grupo pelo qual é responsável, com o objetivo de esclarecer dúvidas, orientar a análise dos resultados e elaboração de sínteses etc.

Embora as atividades realizadas sejam divididas entre o tempo universidade e o tempo comunidade, a relação entre teoria e prática deve ser objeto de reflexão em todos os momentos do curso. Nas disciplinas, os docentes procurarão organizar o processo ensino-aprendizagem a partir de situações problemas, estabelecendo a partir daí as relações com o conhecimento existente.

As atividades propostas para o tempo comunidade estarão relacionadas com os conteúdos ministrados no tempo universidade e estruturadas de tal forma que o participante, confrontando teoria e prática, possa melhor apreender os conceitos e métodos, elaborar propostas de ação e as discutir com a comunidade de origem. Conforme disposto no inciso II e no parágrafo único, do Art. 6º, da Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023:

Art. 6º: II - o Tempo Comunidade deve ser integrado ao Projeto Pedagógico, Currículo e Calendário, desenvolvido no território onde habitam os estudantes, abrangendo atividades e processos de pesquisa, experimentação e extensão, práticas sociais e laborais.

Parágrafo único. As atividades do Tempo Comunidade devem possuir vínculo com o tema gerador, integrador, contextual ou eixo temático por meio de estudos e da vivência cotidiana na família, na comunidade e no trabalho.

Para efeito de trabalho de conclusão de curso, o participante será desafiado a definir um problema social e cientificamente relevante para a sua realidade, pesquisar as alternativas e os conhecimentos existentes sobre o assunto e apontar soluções pertinentes.

Uma outra dimensão importante da metodologia de implantação do curso é a participação dos educandos no acompanhamento, político, organizativo e pedagógico, desde o momento da proposição e construção do projeto, passando pela gestão coletiva dos recursos necessários para implementá-lo, pela divisão do trabalho e delegação de responsabilidades aos estudantes e ao corpo docente no cotidiano administrativo e pedagógico, na discussão e implementação coletiva de estratégias e mecanismos de planejamento e de avaliação continuada, entre outros importantes, até chegar no acompanhamento da dinâmica das comunidades de origem dos estudantes, uma vez que, uma grande parte das atividades será ali realizada.

Este processo de acompanhamento é coletivamente, realizado através de preparação de aulas, oficinas, seminários, organização e gestão coletiva do espaço acadêmico e extra-acadêmico (alojamentos, transporte etc.), atividades artísticas e lúdicas, participação em eventos fora da escola, registro, reflexão e sistematização das práticas. Por sua vez, o corpo docente além de participar e contribuir no acompanhamento, também construirá espaços próprios de diálogo e troca de

informações sobre o processo de implantação do projeto político-pedagógico. Entre esses espaços destacam-se o colegiado de coordenação do curso, as reuniões pedagógicas por módulos, os seminários temáticos, a realização de encontros ampliados, entre outros.

## **12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO – PRÁTICA DE ENSINO, TRABALHOS DE CAMPO E MONOGRAFIA**

### **12.1 Estágio supervisionado**

O estágio deve ser entendido como a ação que articula a teoria, a prática e a pesquisa do profissional da educação voltado para as questões educacionais do campo. Esta ação deve ser capaz de melhor fundamentar a formação deste profissional contribuindo para a criação e o desenvolvimento de projeto político-pedagógico nas instituições educativas em que atua e atuará, articulando-os aos problemas concretos da escola e da comunidade no campo.

O estágio supervisionado será realizado a partir da 5ª etapa, envolvendo o conjunto das disciplinas e contemplando as diferentes áreas do Curso Especial de Pedagogia. Terá uma carga horária de 400h/aula. Os Estágios serão realizados durante o curso em diversas etapas do tempo universidade e comunidade, conforme orientação e planejamento das disciplinas que exigem estágio e da coordenação do curso.

Tendo como objetivo a ação sobre seu próprio local de trabalho, enquanto educadores, o estágio envolverá diretamente o fazer docente em diversas práticas pedagógicas a serem realizadas, tais como: oficinas pedagógicas, seminários, jornadas pedagógicas, práticas pedagógicas nas cirandas infantis, nas salas de EJA - Educação de Jovens e Adultos, nas escolas localizadas junto às comunidades assentadas, de onde provêm os educandos.

### **12.2 Estágios realizados no tempo comunidade e no tempo universidade**

O estágio do tempo comunidade será planejado pela coordenação do curso, educandos e professores e este acontecerá nos seguintes espaços educativos das áreas de Reforma Agrária:

- nas escolas de educação infantil dos assentamentos ou municípios circunvizinhos, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso e universidade, um total de 100 horas;
- nas cirandas infantis e nas escolas de educação infantil dos assentamentos, onde a carga horária do tempo comunidade terá 250 horas, mais 50 horas de planejamento do cotidiano da

ciranda e escolas, fazendo o relatório de sua prática de estágio num total 300 horas, visando adquirir conhecimentos de administração e supervisão escolar, divididos em duas etapas;

- participação em seminários, palestras, oficinas junto à comunidade assentada. O educando deverá apresentar um relatório descrevendo a prática realizada e o certificado da entidade onde ocorreu o evento. Esta atividade pode ser realizada no assentamento, em cooperativas, universidades ou instituição educativa.

No estágio do tempo universidade desenvolver-se-ão Seminários de socialização de práticas do Tempo Comunidade e Oficinas de Capacitação Pedagógica – OCAPs - em áreas de Reforma Agrária. Esta prática será planejada juntamente com os professores de Estágio, de Prática de Ensino, Educandos e Coordenação do Curso, cujo objetivo é que os educandos no tempo universidade planejem e realizem uma prática pedagógica tendo como base a realidade do campo. As OCAPs serão registradas de diversas formas: textos escritos pelos educandos, fotografias, vídeo, material, que será analisado pelos professores que a orientaram com vista a publicação.

O Estágio, tanto no Tempo universidade quanto no Tempo Comunidade terá como parâmetro a realidade do educando considerando-se o desenvolvimento socioeducacional do mesmo, o grau de compromisso do educando para com a comunidade, seu engajamento crítico e seu fazer/aprender pedagógico, demarcado pelos princípios da Educação e da Educação do Campo. Para o acompanhamento da realização e avaliação do estágio, será elaborado um projeto de estágio pela coordenação do curso juntamente com os professores responsáveis pelo Estágio. Este será realizado nas escolas e nos espaços educativos nas áreas da Reforma Agrária.

### **12.3. Oficina de capacitação pedagógica - OCAP**

Na Prática Pedagógica do tempo universidade, poderão desenvolver-se Oficinas de Capacitação Pedagógica – OCAPs. Esta prática será planejada juntamente com os professores de Estágio, de Prática de Ensino, Educandos e Coordenação do Curso, cujo objetivo é que os educandos no TE planejem e realizem práticas pedagógicas, tendo como base a realidade do campo. As OCAPs serão registradas de diversas formas: textos escritos pelos educandos, fotografias, vídeo, material, que será analisado pelos professores que a orientaram, com vistas a publicação.

### **12.4. Trabalho do tempo de comunidade**

Um dos principais instrumentos de avaliação das disciplinas será o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, realizados durante cada tempo comunidade, envolvendo todos os componentes curriculares trabalhados durante a etapa. A proposição do trabalho e a leitura das

obras indicadas para a sua elaboração será realizada pela coordenação pedagógica e corpo docente do curso. Pretende-se relacionar os conhecimentos produzidos no tempo universidade e no tempo comunidade. Dessa forma, os professores da etapa terão como responsabilidade: a correção e retorno da avaliação aos educandos.

## **12.5 Monografia – TCC – Trabalho de Conclusão de Curso**

Concebe-se a pesquisa como estratégia de formação dos educandos, de maneira processual ao longo do curso e como instrumento pedagógico de investigação da realidade. A pesquisa perpassará a mediação e problematização de eixos temáticos, de forma articulada, buscando a consonância com a formação integral do sujeito que se quer formar no âmbito desta proposta de curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, para além do objetivo de avaliar, é um exercício de análise da realidade, a fim de dialogar com as demandas da comunidade em que o educando vive. Nesse sentido, a definição dos eixos de pesquisa deverá contemplar a discussão da Educação do Campo.

Os temas das monografias serão de escolha dos educandos, juntamente com os coletivos em que atuam e seus orientadores. As pesquisas deverão ser desenvolvidas individualmente e apresentadas publicamente por seus autores. Dessa maneira, propõem-se a realização de exame de qualificação durante a 7ª etapa do tempo universidade e a defesa do TCC, na 8ª etapa do curso, como pré-requisito para a sua formação. Os orientadores, a partir de projetos discutidos com os educandos, serão responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento das pesquisas.

## **12.6. Atividades complementares**

Esta atividade diferencia-se do estágio, pois ocorrerá exclusivamente no tempo universidade e tratará de temas específicos, proposto pelos alunos, professores e coordenação do curso, podendo se dar inclusive através das Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão - ACIEPEs.

Além das disciplinas cursadas, da pesquisa desenvolvida e das atividades implementadas no tempo comunidade, a formação dos alunos se dará a partir de atividades complementares, totalizando 120 horas, sendo estas distribuídas em:

- Seminários Temáticos: serão distribuídos em cada etapa/semestre do Curso podendo abordar

temas como: Clássicos da Pedagogia; Clássicos da Realidade Brasileira; Análise da Conjuntura Nacional e Internacional; Conjuntura Agrária e Econômica, Meio Ambiente e Agricultura, Aspectos específicos relativos à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à Educação Infantil; práticas pedagógicas vivenciadas nos movimentos sociais; práticas pedagógicas vivenciadas na educação do campo; vivências observadas nos estágios supervisionados saúde e educação e projetos desenvolvidos a partir das disciplinas do curso, e outros a serem sugeridos conforme as necessidades da turma.

- **Oficinas:** serão distribuídas em cada etapa do curso diferentes oficinas, tais como: xadrez, pintura, documentação escolar, desenho, música, artes cênicas, oratória, artesanato, hora da leitura e da poesia, jogos pedagógicos, construção de cartões de natureza morta, produção de jornal popular, elaboração de projetos, mamulengos (confecção, manuseio e criação do texto), história em quadrinhos (cartilhas, material de formação e informação), hora da história (adulto e infantil), produção de materiais pedagógicos, dentre outras que poderão ser definidas, a partir do interesse da turma.
- **Informática:** que possibilite aos alunos o acesso aos conhecimentos de informática básica para auxiliá-los nas atividades do curso (familiarização com sistema operativo, programas de elaboração de textos, de tratamento de dados, de acesso à internet).

O curso fornecerá periodicamente outras atividades complementares, visando ampliar os conhecimentos vistos nas disciplinas, proporcionar um acesso a outros conhecimentos que ampliem sua cultura e reforce sua integração com a dinâmica universitária, entre elas: participação de eventos científicos, seminários com os grupos de pesquisa existentes na UFSCar, cine-clubes e outras apresentações culturais.

## **12.7. Regulamentação das Atividades Complementares.**

Além das disciplinas cursadas, das pesquisas desenvolvidas e das atividades implementadas no tempo comunidade, a formação dos alunos se dará a partir de atividades complementares, totalizando 120 horas.

As atividades complementares serão realizadas exclusivamente no tempo universidade, abordando temas específicos propostos pelos alunos, professores e coordenação do curso, que podem ser realizadas em encontros, reuniões científicas, congressos, simpósios, seminários, minicursos, oficinas, atividades de monitoria ou outros eventos na área da educação.

O curso fornecerá periodicamente outras atividades complementares, visando ampliar os conhecimentos obtidos nas disciplinas e proporcionar acesso a outros conhecimentos que ampliem sua cultura, podendo contemplar:

**Atividades Complementares de Ensino:** Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE), cursos, palestras, monitoria, disciplinas eletivas, disciplinas cursadas em programas de mobilidade que não tenham sido aproveitadas para a integralização curricular, programa de iniciação à docência, grupos de estudo, Programa Treinamento, estágio não obrigatório, entre outras.

**Atividades Complementares de Produção Acadêmica e Pesquisa:** participação em grupos de pesquisa, eventos científicos, minicursos, iniciação científica, produção de artigos, participação em eventos científicos, apresentação de trabalhos e ouvinte em bancas, entre outras.

**Atividades Complementares de Cultura, Cidadania, e Responsabilidade Social -** participação em projetos de envolvimento institucional, participação em órgãos colegiados e centros acadêmicos, programas e projetos de extensão, eventos culturais e artísticos, entre outras.

As atividades complementares serão validadas pela Coordenação do Curso e pelo Conselho de Curso, com base no formulário de atividades complementares entregue pelos estudantes, conforme anexo ao presente PPC.

Na 7ª etapa, os estudantes preencherão um formulário com as atividades realizadas, anexando os respectivos comprovantes, que serão entregues na secretaria do curso para a análise e validação. Após as atividades serem validadas, a pontuação será inserida no Sistema de Controle Acadêmico ProGradWeb, ficando devidamente registrada no Histórico Escolar.

## **12.8. Regulamento da Inserção Curricular das atividades de Extensão**

Atendendo à Resolução CNE/CP Nº 04, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura) bem como a Resolução Conjunta COG/CoEx Nº 2/2023, no que diz respeito às atividades de extensão que devem obrigatoriamente, integrar os currículos dos cursos de graduação e de forma prevista no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A Extensão Universitária é definida como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

As atividades extensionistas passíveis de inserção curricular na graduação são

denominadas Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), que podem ser dos tipos:

- I - Atividades Curriculares Obrigatórias, Optativas ou Eletivas com carga horária integral ou parcial voltada à abordagem extensionista;
- II - Atividades Curriculares de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs) previstas nos PPCs; e
- III - Atividades Complementares de Extensão: Ações de extensão, com ou sem bolsa, com aprovação registrada na Pró-Reitoria de Extensão nas modalidades de projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços e ACIEPEs não previstas nos PPCs.

Essas atividades visam o envolvimento proativo dos estudantes na promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas e prioritariamente as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação linguística, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos e educação indígena, educação quilombola, considerando a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade.

Neste curso de licenciatura em Pedagogia – pedagogia da terra das águas e das florestas estamos considerando que o tempo comunidade totalizando 370 horas (11% da carga horária total do curso) se enquadra como Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do tipo I - Atividades Curriculares Obrigatórias, Optativas ou Eletivas com carga horária integral ou parcial voltada à abordagem extensionista, mais 90 horas de ACIEPEs.

### **13. ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACES):**

Buscando atender a Resolução Conjunta CoG/CoEx nº 2/2023, que “Dispõe sobre a regulamentação da inserção curricular das atividades de Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da UFSCar”, os professores e estudantes do curso procurarão contribuir com as comunidades no sentido de proporcionar cursos, oficinas e debates sobre as condições de existência na sociedade capitalista, bem como procurará viabilizar discussões sobre a educação que temos e a educação que deve interessar à classe trabalhadora.

#### **13.1. Regulamentação das atividades curriculares**

##### **13.1.1. Regulamentação do Estágio**

O estágio deve ser entendido como a ação que articula a teoria, a prática e a pesquisa do profissional da educação voltado para as questões educacionais. Esta ação deve ser capaz de melhor fundamentar a formação deste profissional contribuindo para a criação e o desenvolvimento de projeto político-pedagógico nas instituições educativas em que atua e atuará, articulando-os aos

problemas concretos da escola e da comunidade.

O estágio supervisionado será realizado a partir da 3ª etapa, envolvendo o conjunto das disciplinas e contemplando as diferentes áreas do curso, com uma carga horária de 400h/aula. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será supervisionado por docente ou docentes que ofertam as respectivas disciplinas de estágio ao curso. O acompanhamento será feito nas instituições concedentes e na universidade, conforme plano da disciplina.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios serão realizados preferencialmente em instituições da rede pública em escolas do campo ou que atendam alunos do campo. Como os quilombolas são parte do público alvo do prona, os estágios poderão ocorrer também nas escolas quilombolas.

Tendo como objetivo a ação sobre seu próprio local de trabalho, enquanto educadores, o estágio envolverá diretamente o fazer docente em diversas práticas pedagógicas a serem realizadas, tais como: oficinas pedagógicas, seminários, jornadas pedagógicas, práticas pedagógicas em assentamentos rurais e nas escolas localizadas junto às comunidades de onde provêm os educandos.

O Estágio supervisionado será planejado pela coordenação junto com educandos e professores, com realização em espaços educativos rurais, isto é, em escolas de assentamentos e/ou escolas que recebem estudantes assentados de reforma agrária:

- nas escolas de assentamentos e/ou escolas que recebem estudantes de assentamentos de **Educação Infantil**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;
- nas escolas de assentamentos e/ou escolas que recebem estudantes de assentamentos das séries iniciais do **Ensino Fundamental**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;
- nas escolas de assentamentos e/ou escolas que recebem estudantes de assentamentos de **Educação de Jovens e Adultos**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;
- nas escolas de assentamentos e/ou escolas que recebem estudantes de assentamentos em **Administração Escolar**, com carga horária de 80 horas no tempo comunidade e 20 horas de planejamento do cotidiano da escola e da confecção do relatório para ser entregue para a coordenação do curso, com total de 100 horas;

No estágio do Tempo universidade desenvolver-se-ão Seminários de socialização de práticas do Tempo Comunidade em áreas de reforma agrária. Esta prática será planejada juntamente com os professores de Estágio, de Prática de Ensino, Educandos e Coordenação do Curso, cujo objetivo é que os educandos no TE planejem e realizem uma prática pedagógica tendo como base a

realidade das comunidades camponesas. As atividades serão registradas de diversas formas: textos escritos pelos educandos, fotografias, vídeo, material, que será analisado pelos professores que a orientaram com vista a publicação.

O Estágio, tanto no Tempo universidade quanto no Tempo Comunidade terá como parâmetro a realidade do educando considerando-se o desenvolvimento sócio educacional do mesmo, o grau de compromisso do educando para com a comunidade, seu engajamento crítico e seu fazer/aprender pedagógico. Para o acompanhamento da realização e avaliação do estágio, será elaborado um projeto de estágio pela coordenação do curso juntamente com os professores responsáveis pelo Estágio, de acordo com a realidade dos estudantes. Este será realizado nas escolas e nos espaços educativos nas áreas das comunidades.

Como um dos instrumentos de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o estudante deverá elaborar um relatório acadêmico circunstanciado, entregue ao final da etapa ao docente responsável pela disciplina. O documento será arquivado na coordenação do curso.

Os Estágios Supervisionados não Obrigatórios serão assinados pela coordenação de curso e acompanhados pelo Conselho do Curso. Sua realização deve estar amparada por convênios estabelecidos entre a UFSCar e a instituição ou rede concedente de estágio.

Os Estágios Supervisionados não obrigatórios serão autorizados quando podem contribuir para a formação a qual se destina o curso de licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola da UFSCar. Ficará a cargo da Coordenação do Curso, ou de professor por ela designado, ou de docentes do Conselho do Curso, a avaliação das solicitações para sua realização, cabendo a esses docentes supervisão, acompanhamento e avaliação da efetivação dos Estágios Supervisionados não Obrigatórios.

O estudante deverá entregar um cronograma das atividades previstas para a realização de Estágios Supervisionados de caráter não obrigatório. Ao final de cada etapa o aluno deverá entregar um relatório das atividades realizadas. Ambos os documentos (cronograma e relatório) devem ser assinados pela instituição concedente do estágio.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios e os Estágios Supervisionados não Obrigatórios e temas a eles afetos serão de responsabilidade de análise e encaminhamentos da Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A comissão será composta por professores dos departamentos que ofertam as disciplinas de estágio e terá caráter consultivo e articulador das atividades de estágio. Os trabalhos da referida Comissão de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Educação Escolar Quilombola acompanhados, avaliados e aprovados nos âmbitos do Conselho de curso.

Os casos omissos serão tratados no âmbito do Conselho do Curso de Pedagogia – Educação Escolar Quilombola da UFSCar.

## **13.2. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

O trabalho de conclusão de curso é um componente curricular obrigatório para a obtenção do certificado do curso de Licenciatura em Pedagogia – pedagogia da terra, das águas e das florestas, que tem por objetivo proporcionar articulação entre os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo do curso.

O trabalho de conclusão de curso tem carga horária de 270 horas, em atividades curriculares oferecidas nas 7ª e 8ª etapas do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, para além do objetivo de avaliar, é um exercício de análise da realidade, a fim de dialogar com as demandas da comunidade em que o educando vive. Nesse sentido, a definição dos eixos de pesquisa deverá contemplar a discussão da Educação do campo.

Os temas das monografias serão de escolha dos educandos, juntamente com os coletivos em que atuam e os professores orientadores. As pesquisas devem ser desenvolvidas individualmente e apresentadas publicamente por seus autores. Os professores orientadores, a partir de projetos discutidos com os educandos, serão responsáveis pelo acompanhamento e desenvolvimento das pesquisas.

O TCC poderá ter caráter de pesquisa bibliográfica, documental ou de campo e memorial de formação. O TCC poderá ser realizado na forma de um artigo acadêmico.

A orientação do TCC não poderá ser realizada por professores que tenham vínculo familiar ou afetivo com os estudantes.

## **13.3. Procedimentos Gerais para o desenvolvimento do TCC**

Na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, realizada na 7ª etapa do curso, será divulgado o cronograma de atividades e os procedimentos gerais para o desenvolvimento e apresentação do TCC.

O TCC deve seguir as normas da ABNT e apresentar a seguinte formatação: fonte 12, times new roman, espaçamento entre linhas 1,5, papel tamanho A4, margens esq. e dir. 3, superior e

inferior 2,5; ter entre 30 e 50 páginas, excluídos os anexos; ser elaborado contemplando minimamente os seguintes aspectos:

- Capa: nome do curso, nome do aluno, nome do orientador, título do trabalho, local e ano
- Introdução: Apresentação do tema, justificativa e objetivos.
- Revisão Bibliográfica: levantamento da literatura que servirá de base para o trabalho a ser desenvolvido.
- Corpo do Trabalho: o corpo do trabalho divide-se geralmente em capítulos, seções e subseções, que variam em função do problema a ser tratado.
- Metodologia: descrição dos materiais, métodos e procedimentos a utilizados no desenvolvimento do trabalho.
- Considerações finais: devem estar de acordo com os objetivos propostos para o trabalho.
- Local, data e assinaturas (do orientando e do orientador)

A avaliação do TCC será realizada conforme o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar (Resolução ConsUni nº 867/2016) em quatro etapas:

1. entrega do cronograma de trabalho na disciplina TCC 1;
2. elaboração de relatório parcial de acompanhamento sistematizado durante o desenvolvimento da disciplina TCC 1;
3. elaboração de relatório parcial de acompanhamento sistematizado durante o desenvolvimento da disciplina TCC 2;
4. defesa da monografia.

### **13.3.1 Para a defesa da monografia serão admitidas duas possibilidades:**

- Defesa com apresentação oral do trabalho pelo candidato, perante a banca examinadora, dentro das datas estabelecidas pela Coordenação de curso.
- Avaliação não presencial mediante parecer escrito de cada um dos membros de banca.

A entrega do arquivo ou exemplar do TCC aos membros da banca da defesa é de responsabilidade do estudante com pelo menos uma semana de antecedência da data de defesa. Após a defesa e as correções finais, o estudante deve entregar **uma cópia eletrônica em formato PDF** da versão final da monografia à Coordenação do Curso.

## **14. PROCESSO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE INGRESSANTES**

O processo seletivo será organizado especialmente para o ingresso dos estudantes do curso de licenciatura em pedagogia: pedagogia da terra, das águas e das florestas.

### **14.1. Processo seletivo**

O processo seletivo compreende desde a mobilização das comunidades assentadas no estado de São Paulo, até a realização dos exames.

### **14.2. Inscrição no vestibular**

A inscrição para o processo seletivo será feita mediante a apresentação do CPF e do documento reconhecido pelo INCRA, que ateste estar de acordo com o alvo do PRONERA.

### **14.3. Das provas**

O vestibular será realizado através de provas de múltipla escolha, com um conjunto de questões e a produção de uma redação. Conforme edital.

### **14.4. Matrícula no Curso Especial de Pedagogia**

A matrícula no curso especial de pedagogia será realizada conforme o edital.

### **14.5. Certificação**

O diploma de conclusão do Curso Pedagogia será expedido e registrado pela Universidade Federal de São Carlos. A conclusão do curso de Pedagogia permitirá ao Educando receber Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia para atuar nas seguintes áreas: na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e nas áreas de administração, coordenação e supervisão escolar.

### **14.6. Número de vagas**

60 (sessenta).

### **14.7. Organização do Curso**

Modular (por etapas em regime de alternância)

## **14.8. Duração do Curso**

A duração do curso de pedagogia será de 4 anos com início no primeiro semestre de 2025 e término em 2027.

## **14.9. Formas de avaliação**

A avaliação da aprendizagem dos estudantes será realizada de acordo com as normas de avaliação do desempenho discente, previstas na Seção IV do Cap. IV do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar. (Resolução ConsUni nº 867, de 27 de outubro de 2016).

A avaliação da aprendizagem deve ser vista enquanto processo – diagnóstica, formativa e somativa - visando essencialmente a aprendizagem. Este processo será contínuo e composto de no mínimo três instrumentos ou momentos de avaliação: provas e trabalhos escritos (resumos, resenhas, artigos), seminários, debates, pesquisa e produção intelectual, estudo dirigido, além de auto avaliação individual e grupal.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento do processo ensino – aprendizagem mais a frequência conforme a legislação em vigor. Será exigida a assiduidade dos alunos nas aulas do tempo universidade para efeito de aprovação, com frequência mínima de (75%) setenta e cinco por cento. A ausência do aluno poderá ser justificada, conforme as regras da UFSCar.

A mensuração do conjunto das atividades desenvolvidas em cada disciplina comporá unidades de ensino a serem definidas de acordo com a especificidade da disciplina e com o plano de trabalho do docente ministrante. A média para aprovação em disciplinas é igual ou superior a seis (6,0) em cada disciplina.

Conforme artigo 22 da Resolução ConsUni nº 867/2016, o estudante que tiver obtido na disciplina/atividade curricular, no período letivo regular, nota final entre 5,0 e 5,9 e que tenha o mínimo de 75% de frequência poderá realizar avaliação complementar de recuperação.

Se ao final da etapa, o aluno que obtiver nota inferior a cinco (5) na atividade curricular terá o direito ao acompanhamento pedagógico dos professores e da coordenação do curso, no período de recesso seguinte à oferta da atividade curricular, com o objetivo de promover a recuperação dos conteúdos e a realização de nova avaliação.

Caso haja desistência de alunos até a metade da primeira etapa, estes poderão, ainda nesta etapa, ser substituído por outros alunos que estejam na lista de espera. Para esses novos alunos ingressantes, será oferecido acompanhamento pedagógico para recuperar os conteúdos perdidos.

Ao final de cada etapa, professores e a equipe de apoio pedagógico, por meio de um instrumento específico, avaliarão o processo obtido com relação à etapa anterior. O instrumento de avaliação abrangerá questões objetivas sobre a implementação do projeto pedagógico, o desenvolvimento teórico e prático de cada disciplina ministrada, as condições de trabalho e de infraestrutura para o funcionamento do curso (condições gerais, recursos audiovisuais, laboratórios), serviços de apoio e acervo de livros e periódicos específicos disponíveis na biblioteca e o envolvimento efetivo dos alunos com o curso.

O conjunto de informações obtidas após trabalho de análise e interpretação do instrumento de avaliação permitirá compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais e identificar possíveis causas de problemas, bem como potencialidades e possibilidades permitindo a reanálise das prioridades estabelecidas no projeto pedagógico do curso e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas.

Ao final de cada etapa a UFSCar apresentará um relatório de execução, acompanhado de quadro certificando a presença dos educandos nas respectivas disciplinas, do Programa Semestral contendo nome, carga horária, local e data dos conteúdos ministrados.

#### **14.10. Formas de avaliação dos educandos e acompanhamento pedagógico**

Um dos instrumentos mais importantes para o curso, o momento da avaliação precisa considerar diferentes dimensões do processo educativo, objetivando ser contínua e o mais coletiva possível.

O sistema de avaliação do curso deverá ser realizado:

- - Pelo professor de cada disciplina de acordo com a exigência da universidade;
- - Pelo processo organizativo do curso através de avaliação de forma coletiva e individual, devendo orientar-se pela vivência dos estudantes;
- - Cada disciplina será concluída com uma avaliação das atividades e encaminhamentos para o tempo-comunidade, conduzida pelos professores junto aos estudantes, em sintonia com a coordenação pedagógica do curso;
- - Tendo em vista a organização das atividades curriculares obrigatórias do curso por etapas, serão avaliados também os objetivos a serem alcançados em termos de conhecimento adquirido para a atribuição das competências e habilidades do aluno.
- - Serão propostos debates de avaliação, em que os sujeitos do processo (docentes e estudantes) poderão analisar criticamente as modalidades pedagógicas empregadas, a pertinência do conteúdo ministrado, o atendimento do objetivo da disciplina, os recursos utilizados, entre outros. O objetivo é estimular o diálogo entre alunos e professores de maneira a desenvolver a melhoria do curso como um todo.

O processo visa identificar os limites e as potencialidades das atividades em andamento e

será registrado numa espécie de memória do curso para servir de análise em futuras avaliações. O acompanhamento político e pedagógico terá como objetivo o registro e a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Resultados esperados: atingir dois objetivos específicos:

- a) acumular os elementos formais para comprovação do desempenho dos alunos e garantir sua diplomação;
- b) acompanhar permanentemente o desempenho dos educandos, buscando suprir deficiências específicas, priorizar demandas identificadas e promover os ajustes necessários ao funcionamento do curso para que este seja plenamente adaptado à realidade específica da turma em questão.

#### **14.11. Tempo universidade**

Dada a especificidade do curso, em que os alunos permanecerão alojados num mesmo espaço durante toda a realização da etapa, outros tempos educativos - atividades culturais, esportivas, dentre outras - serão elaboradas em conjunto pela coordenação, corpo docente e discente do curso, para serem realizadas ao longo de cada etapa, de modo a proporcionar novas vivências educativas com a utilização da infraestrutura local e de seu entorno.

#### **14.12. Tempo comunidade**

Conforme fundamentado no item 11.1, que trata da pedagogia da alternância, o tempo comunidade constitui outro tempo de realização de exercícios teórico-práticos, para tanto, as atividades desenvolvidas pelos educandos nas suas comunidades serão acompanhadas por profissionais de apoio pedagógico de nível superior e o coletivo dos movimentos sociais em comum acordo com a universidade.

### **15. CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA A SEREM OFERECIDAS PELA UFSCAR**

A Universidade Federal de São Carlos disponibilizará para o bom funcionamento do Curso de Pedagogia, o acesso aos educandos, dos seus recursos materiais, humanos e pedagógicos, tais como secretaria, salas de aula, laboratórios, auditórios, sala de informática, sala de vídeo, bibliotecas, restaurante universitário etc., que estarão em funcionamento durante o período de

realização do Curso.

### 15.1. Local de Funcionamento do Curso

O Curso de Pedagogia funcionará na Universidade Federal de São Carlos ou em outro local definido em comum acordo com todos os parceiros.

### 15.2. Cronograma de execução do Curso.

Etapa	Tempo universidade	Tempo comunidade
1ª	2º sem. 2024	2º sem. 2024
2ª	1º sem. 2025	1º sem. 2025
3ª	2º sem. 2025	2º sem. 2025
4ª	1º sem. 2026	1º sem. 2026
5ª	2º sem. 2026	2º sem. 2026
6ª	1º sem. 2027	1º sem. 2027
7ª	2º sem. 2027	2º sem. 2027
8ª	1º sem. 2028	-----

Obs. O tempo universidade deverá ocorrer sempre durante o semestre letivo da Universidade, possibilitando ao educando, um maior contato com as turmas com ingressos regulares na Universidade, independente da etapa se realizar na UFSCar de São Carlos ou em quaisquer outros lugares.

Carga Horária do Curso Pedagogia da Terra,

	Teórica	Prática	Estágio	Ativ. Comp.	Total
1ª	300	60	-		390
2ª	300	60	-		390
3ª	360	-	-		420
4ª	360	-	-		420
5ª	240	120	100		490
6ª	180	180	150		510
7ª	240	120	150		510
8ª	300	60	-		360
Total	2280	600	400	120	3490

Distribuição das Disciplinas pelas Etapas do Curso de Pedagogia da Terra

<b>1ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA – UFSCAR</b>						
<b>Período</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Extensão</b>	<b>Estágio</b>
<b>1ª Etapa</b>	Introdução ao campo da Educação/Pedagogia	60	30	30		
	Introdução à Pesquisa	60	30	30		
	Leitura, Interpretação e Produção de Texto	60	30	30		
	História da Educação I	60	60			
	Filosofia da Educação I	60	60			
	Trabalho e Educação.	60	60			
	ACIEPE I: Uso de recursos tecnológicos na educação	30				30
<b>2ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>2ª Etapa</b>	História da Educação II	60	60			
	Filosofia da Educação II	60	60			
	Psicologia da Educação I	60	60			
	Alfabetização I	60	48		12	
	Educação do Campo:	60	40	20		
	Leituras Marxistas sobre Educação	60	60			
	ACIEPE II: Direitos humanos	30				30
<b>3ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>3ª Etapa</b>	Estado e Políticas Educacionais	60	60			
	Sociologia da Educação	60	60			
	Psicologia da Educação II	60	60			
	Alfabetização II	60	48		12	
	Movimentos Sociais e Educação I	60	60			
	Pesquisa da Educação I	60	48		12	
	ACIEPE III (Relações étnico-raciais).	30				30
<b>4ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>4ª Etapa</b>	História dos Movimentos Sociais no Brasil	60	60			
	Agroecologia, Meio ambiente e educação	60	48		12	
	Didática	60	30	30		
	Pedagogia Histórico Crítica	60	60			
	Alfabetização III – Classes multisseriadas	60	48		12	
	Pesquisa em Educação II	60		48	12	
<b>5ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>5ª Etapa</b>	Trabalho pedagógico em educação infantil	60	30	30		
	Prática Supervisionada em Educ. Infantil	60			60	
	Estágio Supervisionado em Educ. Infantil	100				100
	Metodologia de Ensino em Língua Portuguesa	60	30	30		
	Metodologia de Ensino em	60	30	30		

	Matemática					
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	30	30		
	Prática de Ensino em Educação Escolar I	60			60	
<b>6ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>Período</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária Total</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Extensão</b>	<b>Estágio</b>
<b>6ª Etapa</b>	Metodologia de Ensino em Ciências Naturais	60	30	30		
	Prática Supervisionada em Ensino Fundamental	60			60	
	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	100				100
	Princípios da Administração Escolar I	60	60			
	Prática Supervisionada em Administração Escolar I	60			60	
	Estágio Supervisionado em Administração Escolar I	50				50
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	30	30		
	Prática de Ensino em Educação Escolar II	60			60	
<b>7ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>7ª Etapa</b>	Metodologia de Ensino em Ciências Humanas	60	60			
	Trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos	60	30	30		
	Prática Supervisionada em Educação de Jovens e Adultos	30		30		
	Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos	100				100
	Princípios da Administração Escolar II	60	60			
	Prática Supervisionada em Administração Escolar II	30		30		
	Estágio Supervisionado em Administração Escolar II	50				50
	Trabalho de Conclusão de Curso III	60		60		
	Prática de Ensino em Educação Escolar III	60	30	30		
<b>8ª ETAPA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA</b>						
<b>8ª Etapa</b>	Fundamentos de Educação Especial	60	60			
	Ensino de Libras	30		30		
	Trabalho de Conclusão de Curso IV	210		210		
	Prática de Ensino em Educação Escolar IV	60	30	30		
<b>Atividade Complementar</b>		120	60	60		
<b>Total</b>		<b>3490 horas</b>			<b>462 horas</b>	

O curso está organizado em 8 etapas, sendo cada etapa com duração de 8 semanas e cada semana com 6 dias letivos, totalizando cada etapa com 48 dias letivos.

Carga horária: 3490

Teórica: 1.750h Prática:

878 h Estágio: 400h

Atividades Complementares: serão compostas por 120 horas a serem desenvolvidas na comunidade, com acompanhamento dos professores e devem ser destinadas à formação em alfabetização e cursos de formação para os trabalhadores dos assentamentos e da comunidade local, no TC. No TE devemos ter ACIEPES sobre direitos humanos, agroecologia e educação étnico racial, sendo que algumas destas ACIEPES podem ser replicadas pelos alunos na comunidade, sempre com acompanhamento dos professores.

## **16. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES.**

### **16.1. Corpo docente**

Poderão desenvolver atividades didáticas, os docentes da UFSCar e professores de outras instituições de ensino superior especialmente contratados conforme decreto 7352/2012 e normas internas da UFSCar.

### **16.2. Apoio técnico e pedagógico do projeto**

O apoio pedagógico composto por profissionais, com, no mínimo graduação em pedagogia ou que esteja no programa de pós-graduação em educação, tem um papel fundamental no processo de aprendizagem dos estudantes, principalmente no desenvolvimento dos trabalhos no tempo-comunidade. Para tanto, deverão participar de seminário de capacitação durante o tempo-escola junto aos professores e à coordenação pedagógica do curso por um período de duas semanas em cada etapa. Nestes seminários realizarão a revisão bibliográfica, definição de critérios de acompanhamento, aprofundamento dos conhecimentos em metodologia científica, estabelecimento

de formas de avaliação e elaboração do cronograma das atividades. De acordo com o Manual de Operações do Pronera (2012), é previsto um monitor pedagógico para cada oito educandos do curso.

As atribuições do apoio pedagógico no processo de aprendizagem serão elencadas pelas seguintes atividades:

- - Atender e anotar reivindicações dos alunos e encaminhá-las a coordenação do curso e aos professores;
- - Contribuir com a coordenação do curso, sempre que solicitado, no sentido de ajudar na organização da turma, na universidade e no alojamento;
- - Organizar os grupos de trabalho por região de origem dos estudantes;
- - Acompanhar assessorar a prática pedagógica e de pesquisa, em consonância e juntamente, com a coordenação da disciplina;
- - Contribuir na preservação da memória da turma e quando solicitado, dar apoio à secretaria do curso;
- - Ajudar na execução das atividades do tempo-comunidade e de apoio aos alunos nos assentamentos de suas respectivas regiões, sob a orientação dos professores responsáveis pela disciplina;
- - Elaborar relatório parcial e final.

### **16.3. Movimentos sociais - funções**

Em consonância com o manual do Pronera, os movimentos sociais participarão do acompanhamento pedagógico do curso.

De acordo com o previsto no manual do Pronera, para cada grupo de 08 estudantes, teremos um acompanhante que o apoiará nos estudos. Este acompanhante será selecionado pela Universidade e seguirá os critérios previstos para a contratação do apoio pedagógico.

## 17. REFERÊNCIAS

- BEZERRA NETO, Luiz. Formação de Professores para o Campo. In: Adrian Alvarez Estrada; Fábio Lopes Alves; José Luis Derisso; Vilmar Malacarne. (Org.). O Processo de Formação do Professor. São Leopoldo - RS: Trajetos Editorial, 2017, v. 1, p. 21-34.
- BOTÃO, Renato Ubirajara dos Santos; NORTE, Silvane Aparecida da Silva Q.. A educação escolar quilombola no Estado de São Paulo: novas diretrizes. Comunicações, Piracicaba, Ano 21, n. 1, p. 153-166, jan.-jun. 2014
- BRASIL. Educação quilombola. Salto para o futuro. MEC 2007
- CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017
- DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial E Continuada Dos Profissionais Do Magistério Da Educação Básica: concepções e desafios. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Notas sobre a História da População Negra no Brasil. In: MARTINS, Marcos Francisco; VARANI, Adriana (org). Educação das relações étnico-raciais – Apontamentos críticos e a realidade da região de Sorocaba. São Carlos, EdUFScar, 2015
- RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro: Edição comemorativa, 100 anos. Brasil: Grupo Editorial Global, 2022.
- SANTOS, Maria Cristina dos; SANTOS NETO, José Leite dos Orgs.. Formação de professores para escolas rurais no Estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.
- SILVA, Tatiana Dias. Educação escolar quilombola no censo da educação básica – Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.- Brasília: Rio de Janeiro: 2015
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. de Gestão de Exercício de 2020. São Carlos, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/bFSZJS7>. Acesso em: 28/10/2023.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2018-2022. São Carlos, 2022. Disponível em: <https://cutt.ly/rFSL4F4>. Acesso em: 28/10/2023.

## EMENTÁRIO

CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA			
Período	Disciplinas	CH	Ementas e Objetivos
1ª Etapa	História da Educação I	60h	<p>Ementa: Estuda a história da educação, da antiguidade até o século XVI e terá como eixo a luta pela expansão da escola para todas as camadas sociais enfocando as principais concepções de educação, o ofício do professor e sua relação com a aprendizagem das crianças. A idéia de escola e de Estado na antiguidade clássica, a concepção de educação cristã, as reformas religiosas na modernidade e as primeiras exigências de uma escola para todas as crianças.</p> <p>Objetivos: levar o educando a compreender o processo educacional durante a antiguidade clássica</p>
	Filosofia da educação I	60h	<p>Ementa: Estuda o papel da filosofia na formação do educador. O significado e função da filosofia da educação da antiguidade aos dias atuais.</p> <p>Objetivos: levar o educando a compreender o processo o papel da filosofia no pensamento ocidental</p>
	Trabalho e educação	60h	<p>Ementa: Trabalho e Educação. Estado, Educação, sociabilidade e formação humana. Reformas institucionais, reestruturação produtiva, mercado de trabalho e novas qualificações requeridas. As políticas educacionais do ensino médio, profissional de nível técnico e superior</p> <p>Objetivos: Compreender as relações entre trabalho e educação no capitalismo e a contribuição da instituição escola no processo de socialização. Problematicar a escola na sua função social de formação humana e para o trabalho.</p>
	Introdução a pesquisa	60h	<p>Ementa: Estuda a metodologia do trabalho científico, discute métodos e técnicas de estudo, bem como as diretrizes para leitura, análise e interpretação de documentos e textos além da problemática da produção e transmissão do conhecimento científico e dos procedimentos e normas de elaboração do trabalho acadêmico-científico.</p> <p>Objetivos: conhecer as diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos, conhecer as formas básicas de organização do trabalho científico e seus aspectos técnicos. Compreender os elementos essenciais que constituem um projeto de pesquisa, considerando a problemática da produção/transmissão do conhecimento científico e elaborar uma proposta de agenda de estudo individual e em grupo.</p>
	Introdução ao campo da Educação/ Pedagogia	60h	<p>Ementa: A Educação como objeto de pesquisa da Pedagogia como Ciência. Fundamentos históricos, políticos e teóricos da Pedagogia no Brasil. A identidade do(a) Pedagogo(a) e seu campo de atuação. A docência enquanto eixo da formação do pedagogo. As condições de trabalho docente no Brasil.</p> <p>Objetivos: introduzir os(as) estudantes iniciantes do curso de Pedagogia ao campo da Educação e da Ciência Pedagógica, bem como propiciar uma visão sintética da formação e atuação do(a) Pedagogo(a) , no âmbito escolar e não escolar, e das condições de trabalho docente no Brasil</p>
	Leitura, Interpretação e Produção de Texto	60h	<p>Ementa: Concepção de texto. Leitura crítica. Produção de texto: elemento de coesão e coerência e aspectos gramaticais</p> <p>Objetivos: Compreender o texto como gênero do discurso. Produzir textos orais, escritos e multimodais: resumos, artigo científico, seminários. Revisar textos: coesão, coerência e aspectos gramaticais.</p>
	ACIEPE I: Uso De recursos tecnológicos na	30h	<p>Ementa: Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Formação de professores e as TICs. A mediação pedagógica no ensino-aprendizagem através das TICs. Utilização</p>

	educação		das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem. Objetivos: Promover uma apropriação crítica e criativa dos recursos tecnológicos através da vivência em situações de aprendizagem com o uso das TICs.
Período	Disciplinas	CH	
2ª Etapa	História da Educação II	60h	Ementa: Estuda a história da educação a partir do século XVI, compreendendo o projeto de educação iluminista: as propostas de uma escola estatal, as revoluções burguesas, o industrialismo, a expansão escolar e as pedagogias centradas na criança, os movimentos dos trabalhadores, as idéias socialistas e as lutas pela escola no século XIX, o nascimento da escola nova e seu impacto sobre a "escola tradicional", a educação no século XX e seus novos protagonistas. Objetivos: Levar o educando a compreender o processo educacional que vigorou do século XVI até nossos dias.
	Filosofia da Educação II	60h	Ementa: Estuda a possibilidade e a importância de uma filosofia para a educação a partir do materialismo dialético. Problematisa a educação numa perspectiva crítica. Objetivos: Levar o educando a compreender a importância da filosofia da educação na escola.
	Psicologia da Educação I	60h	Ementa: Estuda as diferentes abordagens da psicologia da educação, e como cada uma delas interfere na formação da criança. Objetivos: Levar o educando a compreender as diferentes abordagens da psicologia da educação.
	Alfabetização I	60h	Ementa: Estuda diferentes abordagens de alfabetização na educação de jovens e adultos. Aprofunda os estudos na proposta de Paulo Freire Objetivos: Preparar o educando para trabalhar nas salas de EJA.
	Educação do campo:	60h	Ementa: Estuda os Paradigmas da educação do campo Brasileiro, as relações econômicas e sociais contemporâneas no campo e na cidade, bem como as Práticas educativas escolares e não-escolares nas comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. O currículo das escolas do campo. O papel dos movimentos sociais na educação do campo e as escolas unidocentes com classes multisseriadas. Objetivos: Levar o educando a compreender as formas educativas do campo e as principais propostas para o setor.
	Leituras Marxistas sobre educação.	60h	Ementa: Levar os estudantes a ter contato com os escritos de Marx e dos marxistas, sobre educação, levando-os a compreender os processos de luta pela educação no interior da sociedade capitalista. Objetivos: Levar o educando a compreender os processos educativos desenvolvidos na América Latina.
	ACIEPE II – direitos humanos.	30h	Ementa: Discutir os problemas da humanidade e os direitos humanos no Brasil. Objetivos: Compreender a importância das discussões sobre direitos humanos e o direito à educação para as várias camadas da classe trabalhadora.

Período	Disciplinas	CH	
3ª Etapa	Estado e Políticas educacionais.	60h	<p>Ementa: Estuda a organização da educação escolar no Brasil, em sua relação: escola, estado e sociedade; o papel do estado na organização dos sistemas de ensino e as Políticas públicas, sociais e educacionais.</p> <p>Objetivos: compreender as relações que fundamentam a ação do estado nas políticas de educação no Brasil. Pretende-se ainda, possibilitar a compreensão do papel de educação como política pública inserida no conjunto das ordenações e intervenções do estado.</p>
	Sociologia da Educação	60h	<p>Ementa: Estuda as diferentes abordagens da sociologia e sua importância para a educação.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a compreender a importância do positivismo, historicismo e marxismo para o processo educacional.</p>
	Psicologia da Educação II	60h	<p>Ementa: Estudar os fundamentos e a importância da Psicologia Histórico Cultural na formação integral da criança.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a compreender o papel da Psicologia Histórico Cultural na formação educacional.</p>
	Alfabetização II	60h	<p>Ementa: A disciplina visa aprofundar a discussão sobre os processos de alfabetização no ensino fundamental.</p> <p>Objetivos: Levar o aluno a compreender os processos de alfabetização no ensino fundamental.</p>
	Movimentos Sociais e Educação I	60h	<p>Ementa: A disciplina visa introduzir o educando na discussão sobre as propostas educacionais defendidas pelos movimentos sociais e sindicais e suas lutas em defesa de uma educação pública, laica e gratuita, que sirvam aos interesses dos movimentos populares. Neste sentido usar-se-ão textos que discutam: 1- a luta dos movimentos sindicais por educação; 2- a defesa de uma escola unitária; 3- a educação do campo; 4- a escola libertária.</p> <p>Objetivo: Introduzir os educandos no debate sobre a educação praticada no interior dos movimentos sociais e sindicais bem como refletir sobre suas lutas em defesa da educação pública.</p>
	Pesquisa da Educação I	60 h	<p>Ementa: Discute a produção do conhecimento na área da educação do campo por meio de levantamentos de pesquisa na área. Articula atividades de prática de ensino relacionadas ao trabalho do tempo comunidade</p> <p>Objetivos: Levar o educando a se preparar para o processo de pesquisa e do TCC.</p>
	ACIEPE III – Relações étnico-raciais.	30 h	<p>Ementa: Discutir os problemas étnico-raciais no Brasil e, as formas de discriminação criadas a partir das concepções de mundo que tem por base o eurocentrismo cultural.</p> <p>Objetivos: Contribuir com os educandos na discussão sobre racialidade no Brasil.</p>
Período	Disciplinas	CH	
4ª etapa	História dos Movimentos Sociais no Brasil	60h	<p>Ementa: Desenvolve estudos e sobre a História dos Movimentos Sociais no Brasil e a luta por Educação. Articula atividades de prática de ensino relacionadas ao trabalho do tempo comunidade</p> <p>Objetivos: levar o educando a compreender o processo de luta desenvolvido pelos movimentos sociais no país.</p>

	Agroecologia, Meio ambiente e educação.	30h	Ementa: Discutir a importância do meio ambiente e o desenvolvimento da agroecologia. Objetivos: Dar ênfase à agroecologia no desenvolvimento das relações ambientais.
	Didática	60h	Ementa: estuda os fundamentos filosóficos e sociológicos da didática. Estuda as principais matrizes teóricas do pensamento pedagógico contemporâneo e de suas relações com os processos de ensino e aprendizagem. Elabora propostas de planejamento de ensino. Objetivos: Levar o educando a compreender a importância da didática nas práticas de ensino.
	Pedagogia Histórico Crítica	60h	Ementa: Estuda os fundamentos da pedagogia histórico-crítica e sua sistematização. Compreende a produção do conhecimento nessa abordagem em diferentes áreas curriculares, diferentes níveis e modalidades da educação. Objetivos: :
	Alfabetização III	60h	Ementa: A disciplina visa aprofundar a discussão sobre os processos de alfabetização no ensino da educação infantil. Objetivos: Levar o aluno a compreender os processos de alfabetização na educação infantil.
	Pesquisa em Educação II	60h	Ementa: Desenvolve seminários com pesquisadores que investigam a Educação do Campo. Articula atividades de prática de ensino relacionadas ao trabalho do tempo comunidade. Objetivos: Levar o educando a compreender o processo de pesquisa em educação do campo.
Período	Disciplinas	CH	
5ª etapa	Trabalho pedagógico em educação infantil	60h	Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Educação Infantil no Campo. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio. Objetivos: Levar o educando a preparar projeto de desenvolvimento de estágio na Educação Infantil.
	Prática Supervisionada em Educ. Infantil	60h	Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Educação Infantil no Campo. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio. Objetivos: Levar o educando a preparar o estágio em educação infantil.
	Estágio Supervisionado em Educ. Infantil	100h	Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas de educação infantil, 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, num total de 100h de atividades na instituição escolar. Desenvolve um projeto de estágio com intervenção pedagógica, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso. Objetivos: Levar o educando a compreender a função do estágio e o desenvolver nas escolas de educação infantil.
	Metodologia de Ensino em Língua Portuguesa	60	Ementa: A disciplina tem como eixo condutor as concepções de linguagem, língua e de seu ensino, articuladas ao desenvolvimento de formas de trabalho pedagógico na escola do campo. O futuro professor deverá compreender a amplitude social da linguagem, sua natureza e função, a fim de promover o acesso à norma padrão.

			Objetivos: levar os futuros professores a compreenderem a função e a natureza de diferentes linguagens e do ensino de Português na educação infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. A partir do reconhecimento de sua amplitude social, bem como relacionem a necessidade de respeito à linguagem do educando e de acesso à norma padrão, no desenvolvimento de práticas pedagógicas na escola do campo.
	Metodologia de Ensino em Matemática	60h	Ementa: A disciplina visa levar o educando a discutir e analisar a situação atual do ensino de Matemática a partir da inserção dos futuros professores nas escolas do campo nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na EJA. Nessa análise destacam-se os seguintes aspectos: elementos teórico-metodológicos que orientam a ação docente; relações aluno-conteúdo-metodologia-professor; relação da Matemática com a realidade. Objetivos: Conhecer e analisar a realidade escolar com relação aos processos de ensinar Matemática e o que a influencia; Caracterizar e analisar a situação do ensino de Matemática na educação infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos; Conhecer e analisar alternativas metodológicas do ensino de Matemática que considerem a realidade escolar das séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos na escola do campo.
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h	Ementa: Organiza um levantamento da produção do conhecimento na temática de pesquisa. Estuda as normas do trabalho científico. Elabora um projeto de pesquisa. Objetivos: Levar o educando a conhecer as normas da pesquisa científica e iniciar a elaboração de seu projeto de TCC.
	Prática de Ensino em Educação Escolar I	60h	Ementa: Desenvolve estudos e seminários sobre Educação do Campo no Brasil. Articula atividades de prática de ensino relacionadas ao trabalho do tempo comunidade. Objetivos: Iniciar o educando nas práticas educativas do campo.

Período	Disciplina		
6 <sup>a</sup> Etapa	Metodologia de Ensino em Ciências Naturais	60	Ementa: Estuda as metodologias desenvolvidas no ensino das Ciências Naturais, com vistas ao ensino das mesmas na educação infantil e ensino fundamental. Objetivos: Levar o educando a compreender as metodologias e práticas de ensino das ciências naturais no ensino fundamental e educação infantil.
	Prática Supervisionada em Ensino Fundamental	60	Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Educação Fundamental. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio. Objetivos: Levar o educando a desenvolver projeto de estágio para o ensino fundamental.
	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental	100	Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas de ensino fundamental, no ciclo I, num total de 100h de atividades na instituição escolar. Desenvolve um projeto de estágio com intervenção pedagógica, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso. Objetivos: Levar o educando a estagiar no ensino fundamental.
	Princípios da Administração Escolar I	60	Ementa: Estuda os princípios da Administração escolar no setor público. Objetivos: Levar o educando a tomar contato com a administração pública.

	Prática Supervisionada em Administração Escolar I	60	Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Administração Escolar, coordenação e orientação pedagógica. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio. Objetivos: Preparar o educando para o estágio em administração escolar.
	Estágio Supervisionado em Administração Escolar I	50	Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas públicas, com foco na administração escolar, num total de 50h de atividades na instituição de ensino. Desenvolve um projeto de estágio, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso. Objetivos: Levar o educando a tomar contato com a administração escolar.
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	Ementa: Estuda o método materialista histórico e os diferentes procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados na pesquisa em educação. Objetivos: Levar o educando a concluir o projeto de pesquisa e iniciar a mesma.
	Prática de Ensino em Educação Escolar II	60	Ementa: Desenvolve estudos e seminários sobre o Ensino Fundamental e a Educação do Campo. Articula atividades de prática de ensino relacionadas à educação escolar no campo Objetivos: Levar o educando a compreender as práticas escolares a serem desenvolvidas no campo.

Período	Disciplina	CH	
7ª Etapa	Metodologia de Ensino em Ciências Humanas	60h	Ementa: Estuda as metodologias desenvolvidas no ensino das Ciências Humanas, com vistas ao ensino das mesmas na educação infantil e ensino fundamental. Objetivos: Levar o educando a compreender as metodologias e práticas de ensino das ciências humanas no ensino fundamental e educação infantil.
	Trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos	60h	Ementa: Desenvolve o trabalho pedagógico na educação de jovens e adultos, levando os educandos a se prepararem para trabalhar com este público. Objetivos: Levar o educando a compreender as formas de desenvolvimento de trabalhos com EJA.
	Prática Supervisionada em Educação de Jovens e Adultos	30h	Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Educação de jovens e Adultos. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio. Objetivos: possibilitar ao educando a elaboração do projeto de estágio em EJA.
	Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos	100h	Ementa: Realiza estágio supervisionado na educação de jovens e adultos, num total de 100h de atividades pedagógicas. Desenvolve um projeto de estágio, realiza intervenção pedagógica, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso. Objetivos: Proporcionar ao educando a realização do estágio em EJA.
	Princípios da Administração Escolar II	60h	Ementa: Estuda os princípios da administração democrática na escola pública e suas possibilidades para o campo. Objetivos: Levar o educando a conhecer os princípios da administração democrática na escola pública.
	Prática Supervisionada em Administração Escolar II	30h	Ementa: Orienta a elaboração de um Projeto de Estágio em Administração Escolar, direção e supervisão escolar. Acompanha e avalia o desenvolvimento desse projeto. Orienta a elaboração do Relatório de Estágio. Objetivos: Levar o educando a conhecer as práticas de administração da escola pública.

	Estágio Supervisionado em Administração Escolar II	50h	<p>Ementa: Realiza estágio supervisionado em escolas públicas, com foco na administração escolar, num total de 50h de atividades na instituição escolar. Desenvolve um projeto de estágio, produz relatórios e socializa o estágio em seminários no curso.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a conhecer a organização das escolas através do contato com as formas de administração.</p>
	Trabalho de Conclusão do Curso III	60h	<p>Ementa: Desenvolve o texto monográfico e o prepara para qualificação e banca de qualificação.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a preparar o texto para ser qualificado.</p>
	Prática de Ensino em Educação Escolar V	60	<p>Ementa: Desenvolve seminários sobre propostas de educação de jovens e adultos e a educação do campo. Articula atividades de prática de ensino relacionadas ao trabalho do tempo comunidade.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a desenvolver as práticas de educação de jovens e adultos no campo.</p>
Período	Disciplinas	CH	
8ª Etapa	Fundamentos de Educação Especial	60	<p>Ementa: Estuda a história da educação especial no Brasil. Conhece trabalhos pedagógicos significativos na área. Estuda as possibilidades de interface da educação especial no campo.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a compreender os problemas da educação especial no Brasil.</p>
	Ensino de Libras	30	<p>Ementa: estuda a língua brasileira de sinais, possibilitando a atuação do educando junto aos alunos com deficiências.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a conhecer e dominar a língua brasileira de Sinais.</p>
	Trabalho de Conclusão do Curso IV	210	<p>Ementa: Produção final do texto da monografia, sob orientação. Organização do texto nas normas da ABNT. Defesa da monografia em banca examinadora.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a defender a monografia e concluir o curso.</p>
	Prática de Ensino em Educação Escolar VI	60	<p>Ementa: Estuda as propostas de administração escolar na educação do campo buscando compreender como suas práticas interferem no ensino e nos trabalhos desenvolvidos na comunidade.</p> <p>Objetivos: Levar o educando a compreender a administração escolar na educação do campo</p>

## **18. PLANO DE TRABALHO**

Em atendimento ao disposto no art. 25 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEGES/SEDGG/ME) disponibiliza os modelos padronizados dos seguintes documentos, aprovados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela sessão realizada em 27.08.2020 da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres - CNCIC da Consultoria-Geral da União:

- I – Termo de Execução Descentralizada;
- II – Plano de Trabalho;
- III – Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV – Declaração de Capacidade Técnica da Unidade Descentralizada;
- V – Relatório de Cumprimento do Objeto; e
- VI – Check-list para celebração do TED.

I - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº *xx/20xx*

<p><b>1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA</b></p> <p>a) Unidade Descentralizadora e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra Nome da autoridade competente: César Fernando Schiavon Aldrighi Número do CPF: 425.920.200-63 Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR(SP) Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portarias de 22 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 57/2023, seção 2, página 1 da Casa Civil da Presidência da República</p> <p>b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 373001/37201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/DOF-1 Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 373066 - Superintendência Regional no Estado de São Paulo - SR(SP)</p>
<p><b>2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA</b></p> <p>a) Unidade Descentralizada e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizada: Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Nome da autoridade competente: Ana Beatriz de Oliveira Número do CPF: 214.458.668-38</p> <p>b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 154049 - Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: - Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar</p>
<p><b>3. OBJETO:</b></p> <p>Implantação do curso de licenciatura em pedagogia: pedagogia da terra, das águas e das florestas.</p>
<p><b>4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:</b></p>

A proposta de curso busca oferecer qualificação profissional diferenciada que contemple a interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e maior integração entre a UFSCar e o universo dos agricultores familiares assentados, especialmente no estado de São Paulo. Este curso de licenciatura em Pedagogia: pedagogia da terra das águas e das florestas da UFSCar leva em consideração as características e especificidades da realidade sociocultural e econômica dos assentamentos e foi concebido de maneira a garantir a formação de 60 professores com um perfil profissional que os habilite criticamente a repensar as formas de educação escolar destinadas às comunidades camponesas.

A partir desta ação, a UFSCar tem como meta atender à demanda de formação superior dos agricultores assentados pela Reforma Agrária e engajados com os movimentos sociais do campo. Tem-se como objetivo formar profissionais com referências, elementos e conteúdos para atuar de forma ampla e qualificada, em prol do desenvolvimento rural sustentável, nas esferas tecnológica, social, ambiental, econômica e política.

Busca-se também contribuir para a articulação da Educação Profissional Superior com outras políticas públicas afins ao desenvolvimento sustentável no meio rural, contribuindo assim para a geração de ocupações e renda no campo e a qualificação de quadros para atuar como professores nas escolas do campo.

As atividades didático-pedagógica e práticas a serem desenvolvidas terão como eixo a análise e a problematização das realidades dos assentamentos rurais e, em decorrência disto, a elaboração de propostas e ações que revertam para o aprimoramento de seus empreendimentos. O Curso formará professores capazes de atuar nas diferentes especificidades desta profissão. A realização do curso fará uso pleno da estrutura já existente no campus São Carlos, além de estimular outras possíveis parcerias que também poderão contribuir para o aprimoramento destas estruturas.

Meta Principal: Formar 60 (sessenta) beneficiários do Pronera como professores de pedagogia;

Em 2024 - 2025, Meta 1 - Inicialização do projeto para Matrícula e oferta de 2 semestres do curso (1º e 2º);

Em 2025-2026, Meta 2 - Matrícula e oferta de 2 semestres do curso (3º e 4º): a) Relatório Parcial da realização do curso para oferta de 60 matrículas;

Em 2026-2027, Meta 3 - Matrícula e oferta de 2 semestres do curso (3º e 4º): a) Relatório Parcial da realização do curso para oferta de 60 matrículas;

Em 2027-2028, Meta 4 - Matrícula e oferta de 2 semestres do curso (5º e 6º): a) Relatório final do curso para a oferta de 60 matrículas.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O projeto pedagógico do Curso está desenvolvido para formar profissionais que possam contribuir como professores, seguindo a orientação das Resoluções do CNE, além de incorporar um conjunto relevante de aspectos de ensino e aprendizagem que destacam especificidades organizacionais, institucionais e tecnológicas.

#### 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- ( ) Sim  
( X ) Não

#### 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- ( ) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.  
( X ) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.  
( ) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

#### 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- ( X ) Sim  
( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

A gestão administrativa/financeira será realizada pela FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL (FAI)/UFSCAR - por meio de contrato administrativo, celebrado entre a UFSCAR e FAI. O ressarcimento das despesas administrativas e operacionais da FAI/UFSCAR será de 10% (dez por cento) dos recursos totais aplicados no projeto.

#### 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Primeiro ano de curso	Alunos matriculados	60	R\$ 17.822,79	R\$ 1.072.967,94	01/07/2024	30/06/2025
PRODUTO	Divulgação de editais de						

	seleção e matrículas						
PRODUTO	Formação de 60 alunos no primeiro ano de curso	Alunos aprovados	60				
PRODUTO	Entrega do 1º Relatório Parcial						
META 2	Segundo ano de curso	Alunos matriculados	60	R\$ 17.822,79	R\$ 1.072.967,94	01/07/2025	30/06/2026
PRODUTO	Formação de 60 alunos no segundo ano do curso	Alunos aprovados	60				
PRODUTO	Entrega 2º Relatório Parcial						
META 3	Terceiro ano do curso	Alunos matriculados	60	R\$ 17.822,79	R\$ 1.072.967,94	01/07/2026	30/06/2027
PRODUTO	Formação de 60 alunos no terceiro ano do curso	Alunos aprovados	60				
PRODUTO	Entrega 3º Relatório Parcial						
META 4	Quarto ano do curso	Alunos matriculados	60	R\$ 17.822,79	R\$ 1.072.967,94	01/07/2027	30/06/2028
PRODUTO	60 professores formados	Alunos formados	60				
PRODUTO	Entrega Relatório Final						

#### 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
07/2024	R\$ 1.074.000,00
07/2025	R\$ 1.074.000,00
07/2026	R\$ 1.074.000,00
07/2027	R\$ 1.074.000,00

#### 11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039	<i>Não</i>	R\$ 3.866.400,00

339039	<i>Sim</i>	R\$ 429.600,00
12. PROPOSIÇÃO		
ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA Reitora Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR		
13. APROVAÇÃO		
CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI Presidente Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		

III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS DOS ITENS QUE COMPÕEM O PLANO DE TRABALHO (inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020)

#### DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

EU, Ana Beatriz de Oliveira, CPF nº \*\*\*.458.668-\*\*, ocupante do cargo de Reitora da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos termos do inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED Programa Transferegov nº **XXXX**, apresentado pelo(a) *(nome da Unidade Descentralizada)*, estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto.

DECLARO, outrossim, que quaisquer desembolsos no âmbito da Unidade Descentralizada para execução do TED, mediante contratação de particulares ou celebração de convênios, acordos,

ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão ser obrigatoriamente precedidos dos procedimentos necessários para apuração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

Data	Nome e Cargo da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED	Assinatura da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED
------	---	---

IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA UNIDADE DESCENTRALIZADA (inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EU, Ana Beatriz de Oliveira, CPF nº \*\*\*.458.668-\*\*, ocupante do cargo de Reitora DECLARO, para fins de comprovação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos do inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que o(a) Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, possui capacidade técnica e competência institucional para executar o objeto proposto no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED Programa Transferegov nº XXXX

A forma de execução dos créditos orçamentários, conforme Plano de Trabalho apresentado, foi considerada para a apresentação da presente declaração, nos termos do § 5º do artigo 16 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Data	Ana Beatriz de Oliveira - Reitora	Assinatura da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED
------	-----------------------------------	---

## V - MODELO DE RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

1. FINALIDADE:		
Encaminhar o Relatório de Cumprimento do Objeto previsto no Termo de Execução Descentralizada nº <i>(identificação do número e ano do instrumento)</i> , celebrado entre o <i>(identificação da Unidade Descentralizadora)</i> e o <i>(identificação da Unidade Descentralizada)</i> , para execução do objeto <i>(descrição do objeto pactuado)</i> .		
2. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
Créditos Orçamentários Recebidos:		
Documentos de lançamento no SIAFI de execução dos créditos: <i>20XXNE0000XX</i> , <i>20YYNE0000YY</i>		
Créditos Orçamentários Devolvidos:		
Recursos Financeiros Recebidos:		
Documentos de lançamento no SIAFI de execução dos recursos: <i>20XXOB0000XX</i> , <i>20YYOB0000YY</i>		
Recursos Financeiros Devolvidos:		
3. ASPECTOS RELACIONADOS À FORMA DE EXECUÇÃO		
Execução direta, por meio da utilização da força de trabalho da Unidade Descentralizada	Valor:	
Execução por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública	Valor:	
Execução descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres	Instrumento:	Valor:
	Instrumento:	Valor:
4. ASPECTOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO PACTUADO		
4.1. Meta 1		
4.1.1. Valor gasto com as atividades da meta1:		

4.1.2. Relatório da execução das atividades e produtos previstos para a meta 1:

4.2. Meta 2

4.2.1. Valor gasto com as atividades da meta 2:

4.2.2. Relatório da execução das atividades e produtos previstos para a meta

2: [...]

*Observações: deve a unidade descentralizada tratar de eventuais subdescentralizações, execuções por uso de contratos ou execuções indiretas utilizadas em cada uma das metas acima*

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6. RESULTADO FINAL DA EXECUÇÃO DO TERMO DE  
EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Local e data

Ana Beatriz de Oliveira

## VI - CHECK-LIST PARA CELEBRAÇÃO DE TED

<input type="checkbox"/> Descrição da motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade, com enquadramento no art. 3º do Decreto nº 10.426, de 2020;
<input type="checkbox"/> Análise quanto à viabilidade, aos custos, à adequação ao programa e à ação orçamentária e ao período de vigência;
<input type="checkbox"/> Aprovação do Plano de Trabalho pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada;
<input type="checkbox"/> Foi atestado que os custos indiretos não ultrapassam o limite de 20% do art. 8º, §2º, salvo nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora, conforme §3º do mesmo artigo.
<input type="checkbox"/> Certificação orçamentária com a indicação da classificação funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa;
<input type="checkbox"/> Autorização do art. 3º do Decreto nº. 10.193/2019 c/c art. 3º da Portaria MP nº 249/2012, tratando-se de atividade de custeio;
<input type="checkbox"/> Declaração prevista no art. 16, II da Lei Complementar 101, de 2000, na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16 (ON/AGU 52/2014);
OBS: ON AGU 52: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000.”
<input type="checkbox"/> Declaração de Compatibilidade de Custos dos itens que compõem o Plano de Trabalho, assinada pela Unidade Descentralizada;
<input type="checkbox"/> Declaração de Capacidade Técnica da Unidade Descentralizada; e
<input type="checkbox"/> Atestado de não incidência das vedações do art. 3º, §2º e art. 4º, §2º do Decreto nº 10.426/2020
Utilização de modelos de documentos disponíveis na Plataforma +Brasil:
<input type="checkbox"/> Sim
Na celebração de TED que utilize os modelos padronizados e divulgados na Plataforma +Brasil pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, pode ser dispensada a análise jurídica.
<input type="checkbox"/> Não
Caso não utilize a minuta-padrão do TED e o modelo de Plano de Trabalho disponibilizado pela Secretaria de Gestão - Seges, é necessária análise jurídica antes da celebração.
<input type="checkbox"/> Dispensado o uso de TED
Caso a situação se enquadre no art. 3º, III ou no seu §3º, é dispensada a celebração do Termo de Execução Descentralizada. Nessa situação, também é dispensada a análise jurídica.
<input type="checkbox"/> Comprovação de competência para assinar o TED.
<input type="checkbox"/> Presença de justificativa para a permissão de subdescentralização, execução por particulares, ou execução descentralizada.
OBS: Este requisito só é aplicável se algum dos institutos acima for utilizado no Termo de Execução Descentralizada em questão.

Meta 1	CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA TERRA	Quant.		R\$	1 ano	Total para 4 anos
	Serviços de reprodução de textos diversos e apostilas / livros	1	60	75,00	4.500,00	18.000,00

	Materiais diversos (material para cirando, xerox, apostilas, cadernos.)	1	60	36,50	2.190,00	8.760,00
Meta 2						
	Coordenador Geral (12 meses)	1	12	2.800,00	33.600,00	134.400,00
	Coordenador Pedagógico (12 meses)	1	12	2.100,00	25.200,00	100.800,00
	Educador (6 professores/semestre) / 60 horas - 3.300,00/(60h)	12	60	55,00	39.600,00	158.400,00
	Educador orientador (30 horas)	1	30	55,00	1.650,00	6.600,00
	Acompanhamento Pedagógico (TCC e acompanhamento de estágio) - ultimos 2 anos	3	24	1.100,00	79.200,00	79.200,00
Meta 3						
	Passagem cursistas para encontros presenciais / 8 etapas presenciais	1	60	1.839,25	110.355,00	882.840,00
	Hospedagem (Primeira etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Segunda etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Terceira etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Quarta etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Quinta etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Sexta etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Setima etapa concentrada)	42	60	130,00	327.600,00	327.600,00
	Hospedagem (Oitava etapa concentrada)	15	60	130,00	117.000,00	117.000,00
Meta 4						
	Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Primeira etapa concentrada)	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
	Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Segunda etapa concentrada)	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
	Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Terceira etapa concentrada)	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
	Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Quarta etapa concentrada)	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00

Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Quinta Etapa	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Sexta Etapa	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Setima Etapa	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
Despesas com viagens dos alunos (as) / alimentação (encontros presenciais - Oitava Etapa	2	60	70,00	8.400,00	8.400,00
CUSTO INDIRETO FAI (10% do valor total do recurso)					429.600,00
TOTAL				2.773.695,0	4.296.000,0

1.074.000,00 ano

4.296.000,00 4 anos